

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ADRIANA TIMÓTEO DE OLIVEIRA

**Os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes em cumprimento
de medida socioeducativa em meio aberto e ameaçados de morte**

Belo Horizonte

2019

ADRIANA TIMÓTEO DE OLIVEIRA

Os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e ameaçados de morte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos e Cultura

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nádia Laguárdia de Lima

Belo Horizonte

2019

Oliveira, Adriana Timóteo de

150

O48d

2019

Os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e ameaçados de morte [manuscrito] / Adriana Timóteo de Oliveira. - 2019.

90 f.

Orientadora: Nádia Laguárdia de Lima.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Adolescência - Teses. I. Lima, Nádia Laguárdia de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



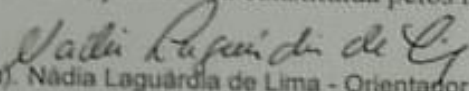
FOLHA DE APROVAÇÃO

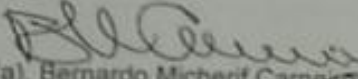
Os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e ameaçados de morte

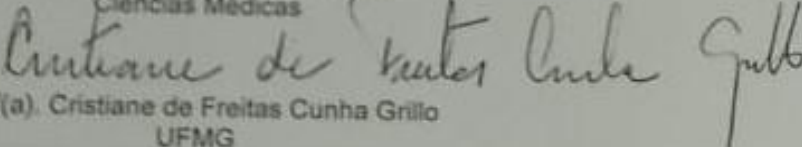
ADRIANA TIMOTEO DE OLIVEIRA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração ESTUDOS PSICANALÍTICOS, linha de pesquisa Conceitos Fund. Psicanálise Invest. Campo Clínico e Cultural.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Nádya Laguardia de Lima - Orientador
UFMG


Prof(a). Bernardo Micherif Carneiro
Ciências Médicas


Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo
UFMG

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2019.

Para meu querido papai,
que até o momento de sua partida, em 08 de novembro de
2018, deixou uma linda lição de fé, amor, cuidado e um
enorme desejo de viver. Te amarei para sempre!

AGRADECIMENTOS

Concluir o mestrado, em meio ao dinamismo da vida que não nos espera, e ainda conseguir manter um pouco de leveza no percurso, somente foi possível com uma retaguarda de pessoas muito especiais, às quais eu quero registrar aqui a minha gratidão:

A Deus, por todo o cuidado, que me possibilitou a entrada no mestrado num melhor momento em minha vida e me comissionou “anjos” personificados para me auxiliar ao longo da jornada.

À professora Nádia Laguárdia, minha orientadora, que com seu cuidado me acolheu antes e durante o mestrado, incentivando-me em momentos que eu poderia ter desistido de prosseguir. Ser orientada por você, considerando também a sua leitura atenta da dissertação e o seu rigor teórico, foi uma honra para mim.

Ao Wanderley, meu esposo, pela companhia, pela compreensão em relação à minha ausência, pelo incentivo diário e por me ajudar a manter o foco do meu desejo e assim prosseguir.

Ao Filipe, meu filho, por ter mudado a minha vida, me incentivado a estudar e facilitado muito para a conciliação do mestrado com as minhas responsabilidades maternas.

À Wilma, minha mãe, por todo amor demonstrado diariamente no cuidado com a minha família.

Aos meus primos, Carolina e Lauro, por terem desbravado o caminho da especialização *stricto sensu* em nossa família. Carolina, em especial, por ter gestado esse sonho comigo e ajudado em sua concepção, ensinando-me o inglês e apresentando-me o universo que é a UFMG.

À Kátia Mariás, minha analista, pela escuta, pelo convite ao mestrado e a uma mudança de posição, pela acolhida nos momentos difíceis e, principalmente, por me acompanhar na sustentação do meu desejo.

Aos professores Cristiane Cunha e Bernardo Micherif por tão prontamente aceitarem o convite para a banca de defesa.

Aos professores da banca de qualificação, Hélio Miranda, Vinícius Anciães e Andréa Guerra pela rica contribuição para esta dissertação. Em especial à Andréa, pela aposta e incentivo a prosseguir.

Ao professor Fábio Bispo, pelo bom encontro que me possibilitou formalizar o projeto de pesquisa.

Aos amigos que conheci na Prefeitura de Contagem, em especial à Juliana Milagres, pela aposta no meu trabalho dentro e fora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e também pelo apoio necessário para a conclusão do mestrado. Destaco, ainda, Carolina, Renata Corgosinho, Lorena, Hélem, Aninha, Débora, Marina, Marcela, Aparecida Costa, Lígia, Sarah, Alzira, Neusa, Tatyanna, Maria Emília, Roberta, Samantha, Fabiana, Renata Diogo, Bete, Poliana, Raquel, Miralva, Elaine Ferreira, Thaianne, Robson, Viviane César, Luciana Gontijo, Jordânia, Patrícia Ribeiro e todos do CREAS Vargem das Flores.

Àqueles que cuidaram do Filipe para que eu pudesse estudar: Wilma, Wanderley, Adelmo, Maria, Heitor, Zaíra, Miriã e Marta.

Aos meus familiares e do meu marido, pela compreensão aos vários “nãos” que precisei dizer para priorizar a escrita em vez de momentos de convivência com eles, em especial à Flávia pela torcida de sempre.

Aos colegas do mestrado, em especial à querida Marcela pelo feliz encontro e pela parceria no mestrado e na vida. Cito também Bárbara, Daniela, David, Vanessa, Rafel e Jéssica.

À Fabiana Leite, por disponibilizar o material sobre o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

Aos queridos amigos, Thereza e Márcio, pela companhia, escuta paciente e por sonharem comigo a cada passo na caminhada, não me deixando perder o foco.

Aos colegas do grupo de pesquisa e extensão "Além da Tela", pela acolhida, partilha e por serem tão "nota 10"!

À Débora Matoso, pelo feliz reencontro, pela confiança e por dividir comigo a condução de um grupo de estudos, e aos alunos da graduação em Psicologia que participaram deste grupo, em especial ao Emerson.

Ao Juninho, revisor de português, que de um modo acolhedor, cuidadoso e competente refinou a comunicação do texto desta dissertação.

E, finalmente, aos adolescentes, que além de viabilizarem este trabalho, me ensinaram tanto!

- Seu José, mestre carpina, que diferença faria se em vez de continuar tomasse a melhor saída: a de saltar, numa noite, fora da ponte e da vida?

- Severino retirante, . . . nem conheço essa resposta, se quer mesmo que lhe diga; é difícil defender, só com palavras, a vida, ainda mais quando ela é esta que vê, severina; mas se responder não pude à pergunta que fazia, ela, a vida, a respondeu com sua presença viva. E não há melhor resposta que o espetáculo da vida: vê-la desfiar seu fio, que também se chama vida, ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica, vê-la brotar como há pouco em nova vida explodida; mesmo quando é assim pequena a explosão, como a ocorrida; mesmo quando é uma explosão como a de há pouco, franzina; mesmo quando é a explosão de uma vida severina (Melo Neto, 1997, pp. 179-180).

RESUMO

Oliveira, A. T. (2019). *Os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e ameaçados de morte*. (Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, MG.

Esta dissertação tem como objetivo central apresentar uma reflexão acerca dos desafios e dos efeitos da transferência no trabalho com adolescentes ameaçados de morte em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. A questão que motivou esta investigação surgiu do acompanhamento de adolescentes no serviço de medidas socioeducativas no município de Contagem/Minas Gerais. Utilizamos fragmentos de três casos clínicos para localizar a fala do adolescente que aponta para o estabelecimento da transferência, e que possibilitou a análise dos seus efeitos sobre a posição assumida diante do risco de morte. Utilizamos o referencial teórico psicanalítico para fazer a discussão teórica, que gira em torno de três temas principais: (1) adolescência, (2) risco e (3) transferência. A hipótese central do trabalho é a de que a oferta da escuta psicanalítica ao adolescente, nesse contexto institucional, favorece o estabelecimento da transferência, que pode levar à sua implicação subjetiva. A partir da sua implicação no contexto de risco ao qual está inserido, o adolescente tem a chance de fazer a sua escolha, pela vida ou pela morte, e se responsabilizar por ela. O tratamento pela palavra, como efeito da transferência, confere certo tratamento ao gozo, e pode despertar no adolescente o desejo de viver.

Palavras-chave: Adolescência. Conduas de risco. Transferência. Medida socioeducativa.

ABSTRACT

Oliveira, A. T. (2019). The challenges and effects of the transfer in work with adolescents in compliance with socio-educational measures in the open and threatened with death. Masters dissertation. Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte.

This dissertation aims to present a reflection on challenges and effects of transference in the work with teenagers threatened with death in compliance with socio-educational measures in the open. The ignition point to the investigation was the follow up to the teenagers in the service to the socio-educational measures in the city of Counting, MG. It was picked excerpts of three clinical cases that turned it possible to identify the point showing the establishment of the transference, and, then, it was analyzed their effects under the teenager assumed position before the threat of death. It was also used the psychoanalytical theoretical framework to make the discussions, circumscribed within three main topics, that is, (1) adolescence, (2) risk and (3) transference. Our main hypothesis was that the psychoanalytical listening to the teenager, in the referred context, benefits the transference establishment, which can lead to its subjective implication. For its turn, from the implication in the risk context the teenager takes the chance to have a choice - for life or for death - and become responsible for it on his own. Their approach by speech as an effect of the transference provides a certain treatment to delight, and so it can awake in the teenager the desire for life.

Keywords: Adolescence. Risky conducts. Transference. Socio-educational measures.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 PSICANÁLISE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL?	15
2.1 Medidas socioeducativas em meio aberto: o trabalho no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	15
2.2 O papel do psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	20
2.3 Algumas contribuições atuais sobre o tema	22
2.4 Casos Clínicos	28
2.4.1 “Fala que eu quero te ouvir!”	29
2.4.2 “Essa porta que se abriu pra mim”	31
2.4.3 “Ainda bem que você me escuta!”	35
3 RISCO, ATO INFRACIONAL E AMEAÇA DE MORTE NA ADOLESCÊNCIA	38
3.1 Adolescência	39
3.2 Adolescência e risco	43
3.3 Reflexões acerca da ameaça de morte na adolescência	48
4 A TRANSFERÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA: CONQUISTANDO O DIREITO DE SER ESCUTADO	56
4.1 Conceituando a transferência	56
4.1.1 Conceituação da transferência em Freud	56
4.1.2 Contribuições de Lacan e de outros autores sobre a transferência	62
4.2 Desafios e possibilidades da transferência no contexto institucional	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

De acordo com Cerqueira, et al. (2018), no Atlas da Violência, em 2016 o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, valor que correspondeu a 30 vezes a taxa da Europa. O mesmo documento aponta, também, o altíssimo índice relacionado à juventude brasileira, correspondendo a 56,5% das causas de óbito de homens entre 15 a 19 anos.

No cenário mineiro, a situação não é diferente. Conforme os dados registrados no Armazém dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), no período de 2010 a 2014 a taxa de homicídios tentados e consumados em Minas Gerais contra adolescentes de 12 a 20 anos, mesma faixa etária atendida nas medidas socioeducativas, foi significativamente maior que o índice aceitável para toda a população mineira. Somente em 2013, por exemplo, 7.113 adolescentes foram vítimas de homicídios tentados e consumados em Minas, isto é, 245% acima do valor aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para toda a população do Estado.

Ao analisar o cotidiano do trabalho nas medidas em meio aberto no município de Contagem entre os anos de 2015 à 2017, percebemos o aumento do número de adolescentes que chegam ao cumprimento de medida socioeducativa sob ameaça de morte, sendo que este foi o meu campo de atuação entre 2012 e 2017.

Como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 70, “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”. Além disso, o artigo 5.º da Constituição Federal determina que deve ser garantida a inviolabilidade do direito à vida, maior bem jurídico. Considera-se, pois, nesse sentido, que refletir sobre as possibilidades de intervenção junto a adolescentes ameaçados de morte, nesse cenário tão desfavorável à vida, está na ordem do dia.

Os fatos suprarreferidos urgem resposta à seguinte questão: o que é possível ao psicanalista nesse contexto? É considerando-a que o presente trabalho objetiva mostrar que a transferência é condição *sine qua non* para uma implicação subjetiva nesse espaço institucional, mesmo diante de tantos desafios ao seu estabelecimento. Assim, o objetivo central desta pesquisa realiza-se a partir de uma reflexão acerca dos desafios e dos efeitos da transferência no trabalho com adolescentes ameaçados de morte em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Tal objetivo circunscreve-se a quatro eixos temáticos principais, a saber, (1) adolescência, (2) risco de morte, (3) transferência e (4) medida socioeducativa. Eles serão desenvolvidos no transcorrer dos capítulos deste trabalho.

A questão que motivou esta investigação surgiu do acompanhamento de adolescentes no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no município de Contagem. Por ora, é importante ressaltar que a pesquisa só pôde ser formulada após a experiência de trabalho de sua autora nas medidas socioeducativas de Semiliberdade e Internação, bem como na política de prevenção à criminalidade como gestora de uma unidade que executava os programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos.

Por sua vez, os desafios no estabelecimento de um laço transferencial neste contexto institucional, marcado pela determinação judicial, levantou questionamentos específicos sobre as possibilidades de atuação nesse campo. A prática clínica nestas instituições é marcada por exigências normativas, burocráticas e protocolares. Não obstante, privilegiar a escuta clínica pode fazer emergir a transferência, condição necessária ao surgimento de uma demanda de tratamento formulada pelo próprio sujeito, isto é, para além do cumprimento formal da medida.

Considerando que esta pesquisa surge da escuta psicanalítica de adolescentes ameaçados de morte em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto é importante discorrermos sobre o lugar da psicanálise entre as ciências.

A pesquisa em psicanálise apresenta algumas especificidades. Buscaremos fazer uma leitura, de forma abreviada, das tensões existentes na relação entre a psicanálise e as ciências. Com a passagem do cosmocentrismo¹ para o antropocentrismo² inaugura-se, na modernidade, a descoberta cartesiana do “cogito”. A partir de então, a certeza do sujeito foi tomada como ponto de partida para a construção da ciência concebida como um sistema de saber (Drawin, 1998). O autor salienta que esse sujeito epistêmico reflexivo, “sub-jectum”, não é o “eu psicológico” ou apreendido na experiência cotidiana, mas trata-se de uma subjetividade desencarnada e esvaziada de conteúdo existencial. Está em foco um pensamento puro, limpo e sem paixões.

É esse ponto excluído da ciência moderna que será o objeto de estudo da psicanálise, pois não seria possível falar neste se ele não houvesse sido demarcado, mesmo que pelo seu avesso, pela visão cartesiana: “. . . é impensável que a psicanálise como prática, que o inconsciente, o de Freud, como descoberta, houvessem tido lugar antes do nascimento da

¹ Concepção metafísica do mundo que se baseia na percepção do cosmos como o centro do universo, numa harmonia com a natureza.

² Concepção baseada na centralidade da racionalidade humana, norteadora da noção de verdade.

ciência” (Lacan, 1966/1998, p. 871). Entretanto, ao mesmo tempo em que a psicanálise só pode surgir a partir da ciência, esta exclui o sujeito do discurso. A psicanálise reintroduz o sujeito na cena discursiva em que a ciência o excluiu.

De acordo com Milner (1996), a técnica de leitura características de Freud e Lacan consiste em romper as ligações visíveis para que fiquem mais visíveis as ligações reais, possibilitando que o sentido emergja, mas este é sempre lacunar. A relação da psicanálise com o saber científico foi abordada por Freud e por Lacan em alguns de seus escritos.

Freud (1932-1933/1976) questiona-se se a psicanálise conduz a uma determinada *Weltanschauung* (visão de mundo). O autor define a visão de mundo como “uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante que não deixa nenhuma pergunta sem resposta” (Freud, 1932-1933/1976, p. 193). Para a psicanálise, a visão de mundo é sempre particular, entretanto, Freud (1932-1933/1976) acredita que a psicanálise tem de aceitar uma *Weltanschauung* científica.

Há em Freud um ideal de ciência: “Sabemos também que Freud se esforçou de todas as maneiras em conformar a psicanálise à ciência normal” (Milner, 1996, p. 14). Freud (1932-1933/1976) equiparara o progresso no trabalho científico ao que ocorre numa análise no que se refere às expectativas que precisam ser contidas, à observação, à formulação de hipóteses, à necessidade de paciência e vivacidade e à capacidade de renunciar às convicções precoces.

Entretanto, é possível identificar uma divergência entre Freud e Lacan referente à articulação que realizam entre a psicanálise e a ciência. Freud parte da ciência e questiona o que a psicanálise poderia fazer para integrar-se ao campo científico. Lacan parte da própria psicanálise, interrogando que tipo de ciência poderia incluir a psicanálise: “Em outros termos, já que não há ideal da ciência em relação à psicanálise, tampouco há para ela ciência ideal. A psicanálise encontrará em si mesma os fundamentos de seus princípios e métodos” (Milner, 1996, p.31). Tal reflexão é importante para compreender as tensões inerentes às pesquisas em psicanálise.

Para Lacan, a exigência de rigor da ciência não deve fazer com que os psicanalistas recuem. Ademais, é inegável a contribuição da psicanálise para os vários campos de trabalho, justamente por ela considerar o que não é abarcado por esse ideal científico: “A proposta da Pesquisa Clínica em Psicanálise é a de constituir um saber que não seja apenas sobre a psicanálise em seus fundamentos teóricos, e sim a partir da clínica psicanalítica” (Figueiredo, Nobre e Vieira, 2001, p. 12). Nessa perspectiva, quando se trata da clínica psicanalítica, a transferência é um tema central. Esta "subverte" o modo de fazer pesquisa, apontando para a

impossibilidade de uma neutralidade científica: “. . . no modus operandi da clínica psicanalítica o sujeito que observa (epistêmico) não é exterior ao sujeito observado (empírico). Ou, ainda, o sujeito ‘observado’ é quem inclui o ‘observador’ em ‘uma de suas séries psíquicas’, pela via da transferência” (Figueiredo, Nobre e Vieira, 2001, p.13).

Na presente pesquisa, apresentaremos uma reflexão sobre os casos clínicos de três adolescentes ameaçados de morte que cumpriram uma medida socioeducativa em meio aberto. Salientamos que não faremos um estudo de caso, mas, sim, apontaremos alguns elementos dos casos. Para a psicanálise, deve-se buscar, em cada caso, o que há de mais singular. Segundo Vorcaro (2010), o caso, compreendido como o encontro desencontrado do sujeito com o analista, a partir de sua singularidade, inscreve o que há de traço propriamente metódico, produzindo interrogações sobre o método analítico e sendo por ele interrogado. O caso tanto afeta o método, contribuindo para a subjetivação da teoria, quanto é, por ele, afetado. Assim, procuraremos verificar o que esses casos poderiam nos ensinar sobre os possíveis efeitos da oferta da escuta psicanalítica nesse contexto.

É fundamental que o profissional orientado pela psicanálise busque, em uma instituição, alcançar o singular, não trabalhando na lógica do “para todos”, do universal. Brisset (2013), ao se referir ao trabalho do analista em uma política pública, salienta a sua posição subversiva: “É tarefa dos analistas fazer falar os impasses da civilização e, no ponto em que vigora a fórmula “para todos”, realizar a subversão necessária para dar lugar à solução de cada um” (Brisset, 2013, p. 12). Nessa clínica social, marcada pelo gozo, a autora aponta um caminho para o analista: “Operar como ‘pulmão artificial’, nas palavras de Lacan, implica abrir lacunas para passagem no falar de um gozo singular, assegurar o direito dos sujeitos se manterem vivos, ao diluir o poder asfíxiante e normatizador que rege os dias atuais” (Brisset, 2013, p. 12).

Na medida em que cada caso aponta para algo de novo, para um ponto disruptivo, que não se encaixa no universal, ele faz furo no todo-saber. A clínica denuncia que o saber é sempre não-todo, construído por cada sujeito analisante em torno de um real inassimilável pela linguagem. Neste sentido, não se pode desvencilhar a clínica da pesquisa psicanalítica, sendo a pesquisa uma dimensão fundamental da prática analítica. Pinto (2001) aproxima a pesquisa em psicanálise do trabalho realizado pelo analisante, destacando o lugar do pesquisador-analisante. Elia corrobora para esta reflexão:

Se o pesquisador é um psicanalista operando no dispositivo analítico a partir de seu lugar, de seu desejo e em seu ato, é no entanto desde a posição de analisante que sua atividade de pesquisa propriamente dita terá lugar e atravessará os momentos de seu desenvolvimento (Elia, 2000, p. 24).

Sendo assim, uma pesquisa psicanalítica é clínica, tanto no que se refere ao pesquisador como analista, como também e, principalmente, em relação ao pesquisador que se submete ao processo de análise, o pesquisador como analisante. Pinto³ (2017) destaca que uma pesquisa, assim como uma análise, parte de um enigma, sendo este o que mobiliza a nossa pulsão em busca de compreendermos algo. O autor salienta que se trata de uma produção de saber que se dá a partir do confronto com o objeto, que, primeiramente, constitui-se como um obstáculo, e depois como causa de desejo. Ele enfatiza a importância da transferência nesse processo:

É o manejo da transferência que sustenta o percurso do analisante diante da causa e essa é a postura científica trazida pelo método da psicanálise, além de ser sua baliza ética. Isso faz com que a psicanálise se configure como uma disciplina especial do campo científico, pois faz incidir o sujeito da enunciação dentro do saber que, inevitavelmente, o exclui como singularidade (Pinto, 2001, p. 80).

Quando um analista se dispõe a trabalhar no campo das medidas socioeducativas, é imprescindível que, na articulação da psicanálise com as outras áreas de conhecimento, ele vise ao alcance do singular de cada um. Para Teixeira: “o que a psicanálise permitiu foi valorizar o saber que o próprio paciente engendra como vetor de orientação a ser utilizado nos trabalhos em equipe, partindo da necessidade de se separar da perspectiva de um saber sobre o sujeito” (Teixeira, 2010, p. 24).

O saber do paciente, neste caso, do adolescente, pode orientar, não somente o trabalho do técnico da medida socioeducativa, mas também o de toda a equipe do serviço de medidas e o da rede de atendimento a esse adolescente. Tal saber orienta para o real em jogo, em cada caso, e o modo como aquele se inclui na trama de sua vida.

Nesta pesquisa, a proximidade do adolescente com a morte coloca maiores desafios à prática clínica. Buscaremos, pois, compreender as especificidades neste contexto e as possibilidades de intervenção junto aos adolescentes. Procuraremos evidenciar, por meio de três casos clínicos, que a despeito destes impasses, a transferência não só é possível, como também enseja o tratamento pela palavra, que leva à regulação do gozo e ao despertar do desejo de viver.

Com efeito, iniciaremos a dissertação com a apresentação de fragmentos de três casos clínicos que foram por mim atendidos enquanto técnica do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de

³ Professor Jéferson Machado Pinto ensinou-nos na Roda de Conversa, realizada no dia 14/06/2017, como uma atividade da aula de Metodologia de Pesquisa, da Professora Andréa Maris Campos Guerra.

Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), em Contagem. Será abordada a articulação do Sistema Socioeducativo com o Sistema Único de Assistência Social, incluindo as normativas legais que regem as medidas. Por fim, será desenvolvido um breve comentário acerca de algumas pesquisas publicadas sobre o tema.

No segundo capítulo, por sua vez, apresentaremos a noção de adolescência a partir da Psicanálise, para, em seguida, refletir sobre a articulação entre ato, risco e adolescência. Esta discussão será importante para que seja possível a análise da ambiguidade que envolve o ato de colocar-se em risco de morte na adolescência. Utilizando como referência materiais publicados pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), será apresentada uma reflexão sobre os adolescentes sob ameaça, discussão que será relacionada com os casos apresentados no primeiro capítulo no sentido de explicitar como cada sujeito responde à ameaça de morte.

Finalmente, no último capítulo, discutiremos sobre o conceito de transferência em Freud e em Lacan, além de incluirmos contribuições de autores contemporâneos, assumindo suas perspectivas em conjugação com os casos apresentados no primeiro capítulo, a fim de localizar o que contribuiu, em cada um deles, para o estabelecimento da transferência e, assim, analisar os efeitos desta sobre os adolescentes.

2 PSICANÁLISE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL?

2.1 Medidas socioeducativas em meio aberto: o trabalho no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Esta pesquisa busca refletir sobre os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto e ameaçados de morte.

Para iniciar esta reflexão, será feita uma descrição deste campo, incluindo uma breve discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069, que “é o marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa da ideia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e proteção” (Pedrosa, 2015, para. 3).

Antes da promulgação dessa lei, estava em vigor o Código de Menores, lei 6.697, (1927/1979), embasado na concepção da doutrina da situação irregular⁴. Ele já apresentava a ideia da doutrina da proteção integral, que veio a se efetivar enquanto normativa legal na Constituição Federal de 1988, e, posteriormente, no ECA.

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que seja o dever da família, da sociedade e do Estado "assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

É importante ressaltar que há na Constituição e no ECA uma mudança, não apenas na denominação jurídica de “menores” para “crianças e adolescentes”, mas especialmente uma mudança de paradigma, a partir do reconhecimento de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, e não objetos carentes da intervenção estatal. Dessa forma, “abandonar os conceitos forjados na tradição menorista, que associava a pobreza ao abandono, à

⁴ “A doutrina da situação irregular . . . aprovava situações de não proteção à criança e ao adolescente, permitindo que ‘menores infratores’ fossem afastados da sociedade, sendo segregados, de forma generalizada, em instituições, onde viviam o desrespeito a *[sic]* dignidade da pessoa humana, como forma de punição para seus comportamentos” (Lago, 2015, para. 4).

delinquência e ao risco, são requisitos fundamentais das transformações propostas pelo ECA” (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2012, p. 37).

As medidas socioeducativas, elencadas no artigo 112 do ECA, incluem:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no Art. 101, I a VI.

As medidas previstas no Art. 101 mencionadas no item VII são as protetivas, como, por exemplo: matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial. Saraiva (2009) salienta que a medida de proteção é aplicada sem caráter sancionatório, ou seja, não decorrerá do que o adolescente praticou, mas de alguma situação pessoal ou social vivenciada que ocasione a ameaça ou a violação de direitos ao adolescente. Vemos, então, que a lei prevê a possibilidade da articulação entre as medidas socioeducativas e as protetivas, considerando que proteção e responsabilização se complementam na perspectiva da proteção integral aos adolescentes.

No presente trabalho, destacaremos duas medidas socioeducativas em meio aberto que, apesar de implicarem certa restrição de direitos, não impõem ao adolescente o afastamento de seu convívio familiar e comunitário, as quais sejam, a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida (LA): “. . . estas mantêm o cotidiano das relações do adolescente com a família, a comunidade, os grupos juvenis, a escola, enfim, as relações da vida em curso e as condições peculiares de desenvolvimento do adolescente” (CFP, 2012, p. 34). Apresentaremos, a seguir, as características de cada uma delas, iniciando pela medida de PSC:

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (Lei 8.069, 1990).

Destacamos que, para a efetivação dessa medida, a rede de entidades parceiras é de fundamental importância, pois ela possibilita ao adolescente a realização das tarefas da PSC, bem como a vivência de valores da coletividade e o contato com um ambiente e uma rotina de

trabalho. Tais fatores podem contribuir para a responsabilização do sujeito pelo ato infracional cometido, abrindo possibilidades para novos posicionamentos na vida.

Todavia, podem surgir, na prestação de serviços, alguns conflitos referentes às atividades propostas, envolvendo, por exemplo, a pontualidade, a assiduidade, o relacionamento interpessoal, dentre outros. Estes podem ser acolhidos e problematizados nos atendimentos com o profissional da medida. Ressaltamos que é esperado que este profissional ocupe um lugar de referência para o adolescente, do início ao fim do cumprimento da medida. Quando o adolescente é encaminhado para a instituição de PSC, outro profissional passa a acompanhá-lo como o responsável pela supervisão das atividades da PSC. Essa medida tem o prazo máximo de 6 meses e 8 horas semanais.

Outra medida em meio aberto, a Liberdade Assitida – LA, tem como objetivos acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente em seu processo de socialização, visando a promovê-lo socialmente, além de supervisionar a frequência e o aproveitamento escolares, ajudando-o em sua profissionalização e em sua inserção no mercado de trabalho. A medida pressupõe ainda o apoio à família. O acompanhamento técnico individualizado tem uma função proeminente na execução desta medida, que tem o tempo mínimo estabelecido de seis meses. Como forma de potencializar o acompanhamento, podem ser realizados trabalhos com grupos de adolescentes e/ou seus familiares, com intervenção praticada a partir da modalidade coletiva.

Em ambos os casos, tanto na medida de PSC quanto na de LA é construído com o adolescente e sua família um Plano Individual de Atendimento (PIA), documento que norteará as ações e os encaminhamentos que serão realizados, considerando a singularidade de cada adolescente.

Como vimos, o ECA define ações específicas para o cumprimento das medidas e cabe à autoridade judiciária aplicá-las. A aplicação da medida socioeducativa é restrita aos adolescentes, ou seja, àqueles de doze a dezoito anos incompletos. Porém, conforme o parágrafo único do art. 2º do ECA: “Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”. Assim, quando um adolescente comete um ato infracional, ele pode cumprir uma medida socioeducativa até a idade de 21 anos incompletos.

Outra normativa legal que regula as medidas socioeducativas é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), lei 12.594/2012. Em 2004, existiam 39.578 adolescentes no sistema socioeducativo. Este número corresponde a 0,2 % do total de adolescentes no Brasil, contrariando a associação que se faz entre adolescência e

criminalidade. Essa falsa associação, disseminada pela mídia, contribui para a imagem de ineficiência do sistema socioeducativo e para a defesa da redução da maioridade penal.

Do ponto de vista regional, constata-se que, dos adolescentes que integravam o sistema no referido período, 55,64 % eram da região sudeste do país. Esses dados são importantes para este trabalho, já que o objeto da pesquisa foi extraído do serviço de medidas do município de Contagem, um dos municípios da região sudeste.

O SINASE determina que a efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto é de competência dos municípios, cabendo ao Estado e à União cofinanciar e prestarem assistência técnica aos municípios. Está elencado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, documento que compõe a política pública de Assistência Social, que o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade: “A Proteção Social Especial de Média Complexidade é destinada ao atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos” (Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SETDS, 2018, p. 72). A Lei 12.435 de 6 de julho de 2011, Artigo 6º-A, II, define:

Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (Lei 12.435, 2011).

Essa proteção é referenciada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que estabelece que “O acompanhamento dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto insere-se na Política de Assistência Social, na Proteção Social Especial, estando o serviço referenciado aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS (SETDS, 2018, p. 71). Por sua vez, o CREAS

. . . é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (Lei 12.435, 2011).

No município de Contagem, sede da presente pesquisa, até novembro de 2018 contabilizavam-se três CREAS, sendo todos de gestão do próprio município, que executavam

as medidas de PSC e LA e que tinham equipes específicas para este trabalho. Eles incluíam profissionais formados nas seguintes áreas: psicologia, serviço social, pedagogia e direito.

Compor a oferta de serviços do CREAS é um desafio para o serviço de medidas socioeducativas, pois ele envolve a articulação de dois sistemas, o Sistema Socioeducativo e o Sistema Único da Assistência Social.

No Brasil, a execução de medidas socioeducativas de meio aberto sempre esteve ligada à Assistência Social, porém, elas passam a ser regulamentadas após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004, sendo posteriormente tipificadas por meio da Resolução do CNAS nº 109/2009 (Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, 2016, p. 30).

Segundo a SNAS, no Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto (2016), a escolha pelo CREAS - unidade de referência da proteção social especial de média complexidade - foi feita em função da sua maior estruturação técnico-operacional, pela sua atenção especializada e individualizada, bem como pelo acompanhamento sistemático e continuado que ele oferece.

Em sua fala no II Colóquio Internacional Adolescências e Leis e X Seminário Clínico Adolescências⁵ em Tempos de Guerra, o Dr. João Batista Costa Saraiva salientou que a execução de medidas em meio aberto pelo CREAS foi uma decisão política tomada no ano de 2009, para viabilizar o repasse financeiro do Governo Federal para os municípios.

A medida socioeducativa é uma sanção estatutária que tem uma carga retributiva e uma finalidade pedagógica: “. . . por certo esta carga retributiva se constitui em elemento pedagógico imprescindível à construção da própria essência da proposta socioeducativa” (Saraiva, 2009, p. 101). Assim, não se trata de conferir uma distinção a uma das vertentes da medida, mas de zelar por essa dimensão inerente à própria medida, constituindo, de forma articulada, a tecitura do serviço de medidas socioeducativas com os demais serviços e políticas públicas.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que o tempo que inclui a escuta e o estabelecimento de um vínculo de confiança entre o adolescente e o profissional nem sempre obedece aos prazos legais (CFP, 2012, p. 57), o que representa um desafio para os profissionais que trabalham no serviço de medidas socioeducativas.

Essa discussão será feita a seguir, a partir de uma reflexão sobre o papel do psicólogo nesse campo de trabalho.

⁵ O II Colóquio Internacional Adolescências e Leis e X Seminário Clínico Adolescências em Tempos de Guerra foi promovido pelo Núcleo PSILACS – Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo, nos dias 30 e 31 de agosto de 2018, realizado no Centro de Atividades Didáticas II, UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

2.2 O papel do psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Como esta pesquisa resulta das inquietações da pesquisadora, com formação em Psicologia, em seu trabalho no campo de atuação das medidas socioeducativas em meio aberto, considerou-se importante apresentar algumas contribuições da Psicologia para esse campo. Para isso, recorreremos a um documento elaborado pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Psicologia, a partir de pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas: Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) publicado em 2013.

É importante salientar, entretanto, que o trabalho da assistência social, enquanto política pública de direitos, ainda está em processo de consolidação. Como vimos, são acompanhados nos CREAS famílias e indivíduos que se encontram em situação de ameaça ou de violação de direitos. Dessa forma, o estabelecimento de um vínculo do usuário do serviço com o profissional do CREAS torna-se fundamental para que esse acompanhamento se efetive:

. . . a identidade do CREAS ainda tem muito a avançar. Na concepção da assistência social como caridade e assistencialismo, onde o sujeito e sua família, abandonados pelo Estado, e responsabilizados assim, pela sua condição, a assistência visa apenas minimizar a situação. Com o rompimento dessa concepção, a partir do paradigma da cidadania, o Estado reconhece uma situação de violação de direitos e convoca este cidadão e sua família para promover junto com ele a superação da situação em que se encontra. Neste chamado está implícito um acolhimento, através de vínculo com o profissional que o recebe no CREAS (CFP, 2013, p. 38-9).

A inserção da Psicologia nas políticas públicas pode contribuir para a instauração desse vínculo transferencial, a partir do momento em que ela visa à subjetividade.

No entanto, alguns desafios também se apresentam ao psicólogo. De acordo com o CFP (2013), a formação profissional do psicólogo acrescida da dificuldade de encaminhamento para a política de saúde ou para outros locais da rede de atendimento que ofereçam atendimento psicológico leva o profissional do CREAS, algumas vezes, à prática de psicoterapia, a partir da concepção de uma clínica tradicional e privada. Todavia, o documento citado faz uma crítica a essa prática, salientando que o que está previsto na

assistência social é a realização do atendimento/acompanhamento psicossocial⁶ e que, conseqüentemente, “o vínculo estabelecido entre o profissional e o público do CREAS deve ser construído a partir do reconhecimento de uma história de vida, imersa em um contexto social, sem uma perspectiva individualizante” (CFP, 2013, p. 39).

Nessa perspectiva, o trabalho do psicólogo não pode se restringir ao atendimento individual, mas deve incluir o coletivo e o encaminhamento para outras políticas públicas, como a educação e a saúde. Ele deve abarcar, quando necessário, o apoio financeiro ou material através da inclusão da família em programas de transferência de renda ou a concessão de algum benefício socioassistencial, visando à superação das vulnerabilidades apresentadas:

Para compreender esse sujeito que chega ao CREAS, a(o) profissional de psicologia precisa ter elementos para apreender tanto as relações complexas presentes no contexto de vulnerabilidade social associado à violação de direitos, quanto a maneira como esse sujeito percebe e vivencia esse contexto (CFP, 2013, p. 51).

Mesmo com a previsão da realização do atendimento psicossocial por parte dos profissionais de referência, é importante ressaltar que “cada categoria profissional no CREAS trabalha a partir de teorias e metodologias relacionadas com a sua área de conhecimento” (CFP, 2013, p.48).

Salientamos que, neste caso, a psicóloga do CREAS do município de Contagem tem o seu trabalho orientado pela teoria psicanalítica, na vertente da psicanálise aplicada:

O fato de haver análise não depende nem de sua duração, nem do lugar, nem do ritual, mas sim do tipo de operação que se efetua sobre o gozo, graças aos poderes da fala: para nós o enquadre é feito para servir a análise, e não que a análise seja feita para servir ao enquadre. Isso quer dizer que não há obstáculo para que a psicanálise aplicada se pratique em lugares diferentes do consultório do analista, por exemplo, na instituição (Guéguen, 2007, p. 18-9).

Consideramos, portanto, a pertinência da psicanálise no contexto institucional e, neste caso, no campo das medidas socioeducativas. Trata-se de uma psicanálise implicada nas questões sociais. De acordo com Rosa (2015), “a cena social firma-se gradualmente, firmemente articulada ao discurso familiar e traz em seu bojo uma interrogação sobre como a prática clínica poderia realizar a sua extensão ao campo social” (p. 23). A autora apresenta uma resposta à indagação colocada: “Ressaltamos que há especificidades na escuta clínica desses sujeitos - é preciso levar em conta a atribuição do lugar de resto no discurso social,

⁶ “Diz respeito à atuação conjunta de profissionais cujo objetivo é direcionar a ação de maneira mais abrangente como conhecimentos e habilidades específicas de diferentes áreas” (CFP, 2013, p. 68).

expresso seja pela exclusão do acesso aos bens ou aos modos de gozo desse momento da cultura” (Rosa, 2015, p. 27).

Assim, mais do que pensarmos numa psicanálise aplicada, trata-se, na verdade, de uma implicação da psicanálise com o sujeito e com a modalidade de laço social: “. . . a prática que articula sujeito e enlaçamento sociopolítico lança-nos na *psicanálise implicada* [grifos do autor], ou seja, nem psicanálise dita em extensão ou psicanálise aplicada fora da clínica, mas aquela constituída pela escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social, que permite teorizações sobre os modos como são capturados e enredados pela maquinaria do poder (Rosa, 2015, p. 30).

A pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas aponta para a necessidade de avançar na consolidação da assistência social como política pública, abordando especialmente os desafios do trabalho do psicólogo nesse campo:

Sobre a prática profissional do psicólogo, a análise dos dados demonstrou que, em geral, aparecem dificuldades de diversas ordens, desde a falta de profissionais, ausência de supervisão, falta de formação continuada, além da dificuldade de articular uma rede de referência na região para ampliar as possibilidades de atendimento às famílias de forma integral (CFP, 2013, p. 23).

Após realizarmos essas considerações sobre o trabalho do psicólogo no CREAS, comentaremos as contribuições de algumas pesquisas psicanalíticas que se aproximam do nosso tema e em seguida, a partir de fragmentos de três casos acompanhados pela pesquisadora no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto do município de Contagem, buscaremos extrair os eixos norteadores do presente trabalho. Ao apresentar os casos, visamos à marcação de suas particularidades, sem, no entanto, negligenciar alguns de seus aspectos comuns.

2.3 Algumas contribuições atuais sobre o tema

A partir da temática central abordada na presente pesquisa, “Os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e ameaçados de morte”, no percurso do mestrado alguns professores sugeriram trabalhos com temas afins que poderiam contribuir com a nossa discussão. Acolhida e avaliada tais sugestões, destacaremos quatro trabalhos, considerados importantes em vista de sua relação com os objetivos do presente trabalho.

A primeira dissertação é de autoria de Maira Cristina Soares Freitas, intitulada *Mate-me por favor? Adolescência: vivendo o risco de morrer*, sob orientação da professora

Cristiane Cunha (UFMG-Faculdade de Medicina). A outra foi escrita por Marina da Cunha Pinto Colares e tem como título *O processo de identificação e laço social em adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa de semiliberdade*, orientada pela professora Ana Lydia Santiago (UFMG-Faculdade de Educação). A terceira, de autoria de Patrícia da Silva Gomes, é intitulada *Adolescentes e internet: o risco como aposta*, sob orientação da professora Nádia Laguardia de Lima (UFMG-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). O último trabalho, do qual apresentaremos alguns pontos é a dissertação de mestrado de Ely Fernandes da Silva, orientado pelo professor Oswaldo França Neto (UFMG- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), que tem como título *O adolescente infrator e o usufruto do sistema socioeducativo*.

Freitas (2017) sinaliza o deslocamento que fez em relação à questão que norteava o trabalho, que parte da questão ‘por que os jovens estão morrendo?’ para ‘por que os jovens se colocam em risco de morrer?’

A autora comenta que a psicanálise convida o sujeito pesquisador a se implicar na pesquisa, a partir das suas próprias questões e salienta que é preciso ir além da intencionalidade de uma política pública para alcançar o ponto singular da experiência de se lançar em risco de morrer.

Em seu trabalho, Freitas (2017) busca identificar a função que a conduta de risco tem para cada sujeito, apresentando dois casos colhidos a partir de entrevistas com os técnicos das medidas socioeducativas em meio aberto e com os adolescentes, numa perspectiva clínica.

O primeiro adolescente, nomeado como João, começa a se envolver com atos ilícitos após ver um colega ser morto. A morte parece contribuir para a entrada na infração: “Nesse encontro com o outro ameaçador, João não recua, mas coloca seu corpo para testar o limite desse encontro com o outro, em que só pode existir um” (Freitas, 2017, p. 62). Em relação ao risco de morrer, sentia que com a arma tinha sua proteção: “Por causa disso eu ficava sempre armado, entendeu?!” (sic) Como muitos adolescentes, João diz que no caso dele e de vários outros, eles procuram a morte com a “própria pele”. Diante disso, a pesquisadora indagou “Mas você acha que não tem outro jeito de parar com isso? Não tem outra saída, só a morte?” O adolescente responde:

Não, só a morte não, tem outras saídas, mas muitas pessoas não estão procurando esse outro tipo de saída não, entendeu?! Porque hoje em dia, "nego" quer fazer fama, quer matar, quer fazer isso, quer fazer aquilo, sei lá, eu sei que eu por mim eu procuraria outra saída, mas depender deles não vai tá nem aí, pra eles eu sou só mais um (Freitas, 2017, p.63).

Ao segundo adolescente da pesquisa, Cássio, foi oferecido o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM). Entretanto, ele recusa o apoio oferecido. A pesquisadora compreendeu as condutas de risco como respostas encontradas por Cássio “para atingir o pai e reaproximá-lo da mãe”. Assim, ela enfatizou que suas atuações eram endereçadas:

Uma vez que o adolescente não consegue localizar uma referência, ele pode encontrar nas atuações, ou nas condutas de risco, uma forma de encontrar o sentido da sua existência. As condutas de risco podem se configurar como um modo de vida, como tentativas de construir um saber fazer com seu corpo, com o gozo (Freitas, 2017, p.83).

Freitas concluiu que um lugar possível para os adolescentes é o lugar da palavra. Citando Freud (1910/1996), faz o convite para a execução de uma política pública de atendimento a adolescentes a partir de um posicionamento ético:

Nesse sentido, cabe a uma política pública de atendimentos a adolescentes se reinventar a cada encontro com o adolescente, despertando neles, como nos orientou Freud, “o desejo de viver [...] *[sic]*, lhes oferecer sustentação e ponto de apoio numa época de suas vidas em que eles são pressionados, pelas condições de seu desenvolvimento, a afrouxar sua relação com a casa parental e com sua família” (Freitas, 2017, p. 84, citando FREUD, 1910/1996, p. 243).

A segunda dissertação, de Marina da Cunha Pinto Colares, aponta como objetivo da pesquisa: “amparar os trabalhadores dessa área, gerando elucidações que podem ajudar nas intervenções junto aos adolescentes, para que estes permaneçam vivos, traçando percursos que não sejam mortíferos” (Colares, 2014, p. 11). A autora questiona as possibilidades e os limites da medida socioeducativa no trabalho com os adolescentes.

Assim como Freitas (2017), Colares (2014) também enfatiza a importância da palavra, partindo do pressuposto de que esta possibilita a autorreflexão:

Quando os jovens cedem à ameaça do outro e aceitam a oferta do profissional para uma conversa privada, em atendimento individual, separados de sua gangue, inicia-se uma experiência com a palavra, que lhes permite, aos poucos, refletirem sobre sua história, suas experiências, suas escolhas e embaraços (Colares, 2014, p.21).

A autora destaca que, quando os adolescentes depositam suas questões nos técnicos, estabelecendo com eles um laço de confiança, torna-os mediadores do laço com o Outro social e simbólico, o que pode contribuir para buscarem soluções para seus problemas, distintas daquelas caracterizadas pela violência.

O critério de escolha dos sujeitos participantes da pesquisa de Colares (2014) ocorreu segundo o estabelecimento da transferência. Por conseguinte, foram selecionados três jovens

que haviam finalizado o cumprimento da medida de semiliberdade há mais de um ano e que conheciam a pesquisadora, que trabalhava na semiliberdade na época desse cumprimento:

Conhecer a pesquisadora é um elemento importante por acreditar-se que existiria um vínculo prévio que facilitaria a condução da entrevista, uma vez que o jovem precisaria falar, em associação livre, sobre sua vida anterior e posterior ao cumprimento da medida de semiliberdade (Colares, 2014, p.45).

A autora ressalta, além disso, a confiança da entrevistadora para com o entrevistado, mostrando, dessa forma, que há relação de confiança de “mão dupla”:

. . . a relação de confiança era necessária não apenas do entrevistado com a entrevistadora e sim, também, da entrevistadora com o entrevistado. A confiança estava posta por haver um vínculo prévio, o que comprovou a escolha por sujeitos que conheciam a entrevistadora (Colares, 2014, p.49).

Destacamos, em especial, o último caso apresentado, o de Dengoso, que se encontrava ameaçado de morte, chegando a ficar, antes da medida, pelo período de um ano sendo protegido pelo PPCAAM; e por dois anos durante o cumprimento da medida de semiliberdade a ameaça persistiu. Ele precisou mudar de residência três vezes devido a desavenças que arranjava nos locais e continuou ameaçado de morte ainda por um período posterior ao cumprimento da medida.

Dengoso afirmou sobre a medida socioeducativa: “Lá você pode conversar com as pessoas, pessoas que você não conhece e que pode confiar. Se você não se abrir, aquilo vai ficando dentro de você e te detonando. Aí você não vai para frente e não consegue fazer nada” (Colares, 2014, p.63).

No tocante à constante situação de risco à que Dengoso estava submetido, a pesquisadora localiza um ponto que o marcou em seu trajeto de vida:

Parece que a forma com que ele entendeu, subjetivamente, o seu nascimento, o marcou e faz diferença em sua adolescência. O relato sobre seu irmão gêmeo que faleceu na maternidade, foi um marco na vida desse jovem que tenta, a todo o momento, sobreviver de forma arriscada se colocando em risco e trocando tiros com a gangue rival (Colares, 2014, p.68).

Diante desse gozo mortífero, Colares (2014) salienta que “é preciso ter a entrada do Outro para auxiliar, orientar e colocar uma barra, intervir, estranhar, indicar que é possível ter outras formas de gozo” (p. 69). A autora ainda enfatiza que “com a morte, os profissionais da área da socioeducação não podem pactuar” (Colares, 2014, p. 76).

Sobre a transferência, ela comenta:

Assim, por um instante percebemos que os jovens quando chegam à medida socioeducativa se apresentam cheios de certeza, não divididos, como por exemplo, “*eu sou 157*” é a marca de um sujeito que não está dividido, não apresentam demandas. É a partir da transferência com a equipe que os furos

vão aparecendo e o jovem já transferido com a equipe supõe que eles sabem de algo (Colares, 2014, p.75).

Passemos para as pontuações do terceiro trabalho, a dissertação de Patrícia da Silva Gomes. O tema desenvolvido pela pesquisadora foi o risco vivenciado pelos adolescentes, em especial na contemporaneidade, fazendo conexões com o uso da internet. Neste ponto, é importante salientar que a concepção de risco apresentada é atrelada à concepção de aposta e às possibilidades de trabalho com os adolescentes.

De início, a autora já destaca que “há algo de estrutural na relação do sujeito com o risco, em especial, na adolescência” (Gomes, 2018, p. 13). A hipótese que norteia seu trabalho é a de que o desvelamento da inconsistência do Outro, um fenômeno contemporâneo, incide sobre as subjetividades e favorece as condutas de risco. Nesse sentido, a autora discorre em seu trabalho acerca do que contribui para esse desvelamento, citando a vacuidade do lugar do adulto e o imperativo de gozo imposto pelo discurso capitalista.

Compõe a dissertação de Gomes (2018) uma discussão teórica acerca da atuação dos adolescentes na perspectiva de um acting out ou de uma passagem ao ato, maneira de inserir-se ou retirar-se da cena. Assim como os dois trabalhos anteriormente citados, a dissertação de Gomes (2018) aponta para a importância da escuta. Em suas palavras: “A escuta pode levar ao encontro de uma maneira particular de dizer, que permita ao jovem responsabilizar-se pela dimensão pulsional que poderia levá-lo ao ato” (p. 72).

Gomes (2018) enfatiza a importância de, nas instituições escolares, campo de sua pesquisa, os adolescentes serem escutados para que possam tomar a palavra, falar sobre seus atos e construírem um sentido para eles, podendo vincular o gozo ao laço social. “Entendemos ser necessário que haja um espaço de acolhimento onde o sujeito possa medir sua responsabilidade e formular respostas em sua própria língua” (Gomes, 2018, p. 72).

Assim como Colares (2014), Gomes (2018) ressalta a importância da transferência. Destaca-a como o que pode sustentar o analista em suas intervenções, aquelas que, dentre todas as possibilidades, visam a implicar o sujeito na situação da qual se queixa.

Ademais, na finalização do último capítulo de sua dissertação, Gomes (2018), apresenta um belo convite aos psicanalistas, “será que a função do analista não deve ser a de apostar na possibilidade do jovem de virar o jogo, que, de saída, já é perdido, mas que pode ser renovado com uma abertura para o desejo? Que apostemos!!!” (p. 84).

O quarto e último trabalho do qual destacaremos alguns pontos para dialogar com o presente trabalho é o de autoria de Ely Fernandes da Silva. O autor, assim como as duas

primeiras citadas, realiza a sua pesquisa no campo das medidas socioeducativas e também aponta para a importância de que haja uma abertura para que os sujeitos adolescentes produzam respostas nesse campo socioeducativo, que pode beneficiá-los em certo sentido, com a ressalva de que

Esse usufruto, todavia, só se torna minimamente possível para os adolescentes se esses sistemas de linguagem, por meio de seus dispositivos, forem mais permeáveis ao campo do gozo, que se presentifica no ato infracional e que somente pode ser abordado quando se produz efeitos de sujeito nesses dispositivos (Silva, 2016, p.10).

O autor destaca a dimensão do ato para o adolescente, salientando que “na perspectiva clínica psicanalítica, o ato transgressivo é um modo de dar tratamento ao real traumático” (Silva, 2016, p. 49).

Silva (2016) cita o caso de um adolescente que foi morto antes de finalizar o cumprimento da medida socioeducativa e enfatiza as ações que poderiam abrir novas possibilidades para o adolescente, ressaltando, contudo, um limite para a intervenção:

Somente abrindo outras vias de acesso discursivo é que haveria a possibilidade de novas saídas por parte de Fernando, o que poderia evitar que tivesse que lidar como o seu duplo especular, onde só resta a radical identificação ou oposição imaginária (matar ou morrer). Mas o adolescente não retornou mais. Não houve tempo para a construção de outras “saídas”. Estava sendo procurado por outros grupos em razão do que fizera. Foi assassinado. Não houve temporalidade suficiente de acompanhamento que pudesse incidir em seu regime de urgência (p. 55).

Como o autor salienta, a lógica discursiva que opera nos dispositivos institucionais pode viabilizar ou não o trabalho: “Sabemos que a mestria dos programas e serviços públicos deixa de fora o sujeito, que fica sem possibilidade de operar com os significantes que o encadeiam” (Silva, 2016, p. 58).

Três pesquisas realizadas no campo das medidas socioeducativas apresentaram casos de adolescentes ameaçados de morte, sendo que um deles chegou a ser vítima de um homicídio, e os outros dois, a partir da escuta clínica, teceram saídas conectadas ao laço social.

Por fim, destacamos, nas pesquisas mencionadas acima, a importância do processo de transferência no atendimento aos adolescentes ameaçados de morte, tanto por abrir a via da palavra, contribuindo para a construção de um sentido que apazigue o gozo mortífero ao qual estes adolescentes estão submetidos, quanto pela possibilidade de despertar nesses jovens o desejo de viver.

Em seguida, apresentaremos os casos clínicos do presente trabalho, ressaltando a importância da transferência nos atendimentos dos adolescentes.

2.4 Casos Clínicos

Para a discussão dos casos, consideramos necessário esclarecer alguns procedimentos da medida. Há uma diretriz protocolar para o acompanhamento de uma medida socioeducativa, com prazos previamente definidos que devem ser cumpridos. Exemplificando, é estabelecido que nos primeiros atendimentos deve-se elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente, que precisa ser enviado para a Vara da Infância e Juventude no prazo de quinze dias a contar do acolhimento do adolescente no serviço de medidas. O PIA é um instrumento de registro e planejamento das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente no acompanhamento da medida: “Em nenhuma hipótese o PIA deve se transformar em um roteiro de entrevista ou questionário” (SETDS, 2018, p. 92).

A organização do serviço de medidas socioeducativas no município de Contagem, conforme descrito no fluxo do serviço, consiste no adolescente ser atendido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - tanto no cumprimento da medida de Liberdade Assistida (LA), como na de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Além dos atendimentos, na PSC o adolescente deve prestar serviço em alguma instituição parceira por período determinado pelo juiz, que pode ser de até 8 horas semanais por 6 meses.

A construção dos casos foi possível a partir do que foi registrado nas notas pessoais da pesquisadora entre 2015 e 2017. Nesses três anos foi perceptível o aumento de adolescentes ameaçados de morte que chegaram para o cumprimento da medida. Destacamos que a proximidade com o real da morte não foi sem efeitos para a pesquisadora, contribuindo para a escolha dos casos. Um dos desafios encontrados nos atendimentos desses adolescentes consistiu na dificuldade para a execução da medida, pois eles apresentavam uma restrição na circulação social e frequentemente se expunham ao risco, até mesmo para cumprirem a medida.

A ênfase nos casos relatados está nos efeitos da oferta da escuta psicanalítica a três adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Procuramos destacar no título que apresenta cada caso uma fala do adolescente que, sendo a nossa leitura, aponta para o estabelecimento da transferência. O foco dos relatos está em localizar o momento de instauração da transferência e os seus efeitos subjetivos.

2.4.1 “Fala que eu quero te ouvir!”

Márcio, 17 anos e 11 meses, foi encaminhado para o cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Foi acolhido nas vésperas de completar a maioridade e mostrou-se resistente e arisco nesse primeiro contato com a psicóloga que o acompanharia na medida, permanecendo praticamente calado e respondendo pontual e ironicamente ao que lhe era perguntado. Depois desse primeiro contato, ele não compareceu ao atendimento seguinte.

No próximo atendimento em que compareceu, alegou estar ali devido à insistência de sua mãe. Justificou a sua ausência no atendimento anterior dizendo que cometera um roubo quando saía de casa para o cumprimento da medida, sendo novamente abordado pela polícia. Em seguida, acrescentou que estava muito triste devido ao recente falecimento de um primo, vítima de um homicídio.

Entre a exigência da elaboração do PIA, documento com perguntas previamente estabelecidas, e a escuta da questão trazida por Márcio, a psicóloga priorizou acolher a sua fala, deixando a elaboração do documento para outro momento: “Como a acolhida é um processo que não se restringe ao contato inicial e não possui uma única estratégia, ela pode se estender a mais de um encontro, o que dependerá de cada caso” (SETDS, 2018, p. 93).

A psicóloga o interrogou sobre o roubo cometido, mas a angústia que ele demonstrava estava ligada à perda do primo. Segundo ele, o primo, mesmo estando ameaçado de morte, foi a um baile funk sozinho, contrariando a orientação dada por Márcio para não ir diante do risco de morte anunciado. Ele questionou, angustiado, porque o primo não o ouviu, deixando, assim, entrever uma escolha por parte do sujeito. Em seguida, Márcio falou do seu sofrimento pela morte do primo e depois ficou em um profundo silêncio. Em respeito ao seu sofrimento, o atendimento foi realizado em um tempo mais curto, na tentativa de, com esse ato por parte da psicóloga, demarcar a não concordância ou mesmo a banalização da morte violenta.

Depois deste atendimento, Márcio passou a comparecer assiduamente na medida. O enlace transferencial parece resultar do acolhimento da sua angústia e da oferta da escuta. Dessa maneira, ao falar sobre a morte do primo e construir algum sentido para ela, Márcio mostrou-se, de alguma forma, reflexivo sobre a possibilidade de se escolher entre a vida e a morte.

Nos próximos atendimentos, Márcio demonstrou entusiasmo com as perspectivas abertas pela maioridade. Ele ressaltou os lugares que poderia acessar, agora com 18 anos,

citando como exemplo a “zona” (sic⁷). Na ocasião, foi realizada uma intervenção apontando o cuidado com atitudes que poderiam levá-lo a locais que pudessem privá-lo de liberdade, retomando o que ele dissera sobre a prática do roubo a caminho da medida. Márcio passou a relatar sobre as suas experiências sexuais com as mulheres, marcadas por encontros e desencontros. Um dia, entregou para a psicóloga da medida uma “presa⁸” (sic), um desenho que fizera durante o atendimento, colocando o nome dela e a assinatura dele.

Certa feita, em um atendimento com a mãe de Márcio, ela narrou uma cena que marcava a saída dele do envolvimento com o tráfico de drogas. Segue o relato: após várias vivências arriscadas de Márcio no tráfico de drogas (ele já havia saído de casa e morado na “boca”; os pais já haviam pagado dívidas dele com o tráfico, dentre outras), ele e sua mãe conversaram a respeito e ele deu a ela a palavra de que sairia “dessa vida” (sic). No entanto, ele disse que precisaria ir, pela última vez, até o grupo do tráfico do qual fazia parte para acertar a sua saída. Esse pedido foi acolhido e autorizado pela mãe, demonstrando a sua aposta na palavra do filho, mesmo diante do risco envolvido nessa situação. Quando ele estava saindo de casa, seu pai e seu irmão mais velho choraram e se ajoelharam aos seus pés, segurando-o e pedindo-lhe para não ir, pois temiam que ele não voltasse. Nesse momento, a mãe, decididamente, disse-lhes para o deixarem ir, ratificando sua aposta na palavra do filho. Márcio também relatou, em um atendimento na medida, a importância da confiança que a mãe tinha nele, citando como exemplo a referida cena que contribuiu para a sua saída do tráfico de drogas.

Um dia, Márcio comparecera ao atendimento na medida e contara que haviam tentado matá-lo quando ele estava em uma praça perto de sua casa com o seu irmão mais velho. Um rapaz armado apareceu e começou a atirar na direção onde estavam. Márcio especificou que o motivo fora um desentendimento entre torcedores de times de futebol e enfatizou, ainda, que iria atrás das pessoas que tentaram matá-lo naquele mesmo dia do atendimento, mesmo ciente dos riscos que corria. Estava decidido. É importante ressaltar que ele descreveu para a psicóloga o que pretendia fazer e que, diante de sua fala, a intervenção realizada foi a de perguntá-lo se algo dito por ela poderia influenciar em sua decisão. A resposta dele foi: “Não! Mas fala que eu quero te ouvir!”

Esta foi uma situação de grande embaraço vivenciada pela psicóloga, pois estava diante de algo sério e urgente, que envolvia um risco de morte confidenciado sob transferência. A aposta, então, foi sobre retomar alguns pontos importantes que haviam sido

⁷ SIC – Segundo informações coletadas.

⁸ Expressão utilizada pelos jovens para referir-se a um presente.

ditos por Márcio e que o enlaçavam à vida, além de apontar as arriscadas consequências que poderiam advir de seu novo ato. Ele então disse: “Pensando melhor, acho que não vou atrás das pessoas que tentaram me matar. Hoje não”.

Consideramos, neste caso, que, com o estabelecimento da transferência, Márcio passa a buscar esse espaço da palavra, endereçando suas questões à psicóloga, e que, por sua vez, as intervenções desta surtem efeitos sobre ele, impedindo-o de passar ao ato. Entretanto, os atendimentos não prosseguiram, pois Márcio não finalizou o cumprimento das medidas socioeducativas, deixando de comparecer aos atendimentos. Isto é, mesmo com as várias tentativas que foram realizadas pela psicóloga para que ele retomasse o cumprimento ou pelo menos expusesse os motivos de sua interrupção, ele não retornou.

Após esgotadas as tentativas por parte do CREAS, órgão executor da medida, para a retomada do cumprimento, foi enviado um relatório para o juiz informando o seu descumprimento. Segundo o procedimento protocolar, o adolescente deve ser intimado para uma audiência de justificação, momento em que poderá apresentar para o juiz os motivos de seu descumprimento, visando a justificá-lo. Ficará a cargo do juiz a definição a ser tomada após a audiência: ele pode enviar o adolescente novamente para o CREAS, para a retomada da medida; pode aplicar uma sanção, acarretando o acautelamento do adolescente por até noventa dias; ou, ainda, decidir pela extinção do processo e pelo seu consequente arquivamento.

No presente trabalho, relatamos o que foi possível colher dos atendimentos e não mencionamos as articulações que foram realizadas na execução da medida de Prestação de Serviços à Comunidade. Infelizmente, Márcio não deixou pistas que pudessem nos auxiliar na compreensão dos motivos para a não finalização da medida. Ressaltamos, entretanto, que, mesmo não finalizando a medida, Márcio trabalhou nos atendimentos algumas questões importantes que foram por ele levantadas a partir do estabelecimento da transferência. Neste caso, questionamos se, apesar da aparente escolha pela vida, algo da pulsão de morte se sobrepôs para fazê-lo desistir do processo que, muito provavelmente, o conduziria a sua liberdade.

2.4.2 “Essa porta que se abriu pra mim”

Natal, 18 anos, foi encaminhado para o cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade. Mesmo já na maioridade, compareceu ao acolhimento acompanhado de sua mãe. Relatou sua trajetória infracional e as medidas socioeducativas que cumprira, não

somente em meio aberto. Descreveu tantos atos, que alegou não saber por qual deles respondia na medida atual.

No acolhimento, surgiu um impasse entre ele e a sua mãe sobre o local mais adequado para ele prestar o serviço comunitário, se perto ou longe de sua residência. Esta indecisão era devida à ameaça de morte que ele recebeu após ter sobrevivido a uma tentativa de homicídio em que fora atingido por 14 tiros. Natal relatou esse fato numa sequência de outros episódios corriqueiros, sem maior importância. Ao ouvir esse relato, visando a não banalizar essa tentativa de homicídio vivida, foi feita a seguinte intervenção: “Você levou 14 tiros?” A resposta de Natal foi levantar-se e mostrar as marcas dos tiros em seu corpo, havendo ainda algumas balas alojadas.

Essa intervenção e a acolhida de seu ato de se levantar e mostrar o seu corpo marcado parecem ter instaurado a transferência, pois deste ponto em diante Natal passou a falar sobre a ameaça de morte que sofria. Comentou que não havia uma ameaça de morte declarada antes dessa tentativa de homicídio, mas reconheceu que havia construído muitos desafetos em sua trajetória de atos infracionais. Dessa maneira, apresentava-se como alguém que já praticara vários atos infracionais de modalidades diferentes, estabelecendo, como consequência, parcerias e inimizades. Em seu relato nos atendimentos na medida, porém, ele não localizou o momento que entrou para o crime.

Em relação à tentativa de homicídio, esta ocorrera quando Natal aceitou o convite de um ex-cunhado para ir a um determinado local, e foi acompanhado de um vizinho. Quando estavam em um cruzamento de ruas, passou um carro e as pessoas de dentro dele atiraram contra Natal e seu vizinho, que não sobreviveu. Como consequência, Natal foi culpado e, também, ameaçado pelos familiares do vizinho.

Após o ocorrido, Natal ficou em coma e foi submetido a várias cirurgias. Sua mãe, uma pessoa religiosa, atribuiu a sobrevivência dele a um milagre de Deus, com o que o adolescente parecia concordar, pela lógica subjacente de sua afirmação: “se levei tantos tiros e não morri, deve ser porque tem um objetivo em minha vida”. A mesma fé utilizada para explicar a sobrevivência do filho alimentava a esperança em sua proteção divina futura. Segundo a mãe: “se Deus protegeu meu filho uma vez, protegerá de novo”. Na ocasião, considerando a gravidade do risco relatado, foi feita uma intervenção com a mãe, salientando que algumas atitudes Deus espera que sejam realizadas pelos homens.

Do início ao fim do contato de Natal com a medida socioeducativa, ele relatou ameaças de morte recebidas que despertaram a preocupação de seu pai, de sua namorada e dos operadores da execução e da aplicação da medida. Por causa do risco de morte iminente,

foi indicado à família que o adolescente mudasse de endereço, ao que Natal reagiu com rispidez afirmando ter capacidade para resolver sozinho os seus problemas, e que, dessa maneira, não sairia da sua casa, nem do bairro em que nasceu, por causa de ninguém. O pai já havia proposto que toda a família se mudasse de residência e possuía condições financeiras para viabilizar a mudança. Todavia, a mãe de Natal demonstrava resistência, apegada ao fato de residir naquele bairro desde sua infância, e, igualmente, por ter como vizinhas sua mãe e irmãs.

Natal disse, certa vez, que “sua mãe era a sua cabeça”, porque o ajudava a pensar. O apoio da mãe foi decisivo em sua decisão de permanecer na região de risco. Diante da resistência da família em mudar da região, o pai verbalizou para a psicóloga da medida que tinha “lavado as mãos”. Nesse momento, a intervenção feita foi a de convidá-lo a não fazer isso, salientando e valorizando as atitudes que ele tomava no sentido de zelar pela segurança da família. Por sua vez, Natal solicitou que as atividades da medida de prestação de serviços fossem realizadas em seu bairro, sugerindo dois locais bem próximos à sua casa, uma igreja católica e uma quadra de futebol, que, apesar de terem a estrutura física fechada, eram marcados por grande circulação de pessoas. Considerando a gravidade da situação, a psicóloga da medida manifestou discordância sobre esta sugestão, interrogando Natal sobre essa escolha arriscada.

Além disso, após conversar com Natal e convidá-lo a construir uma maneira de cumprir a medida e zelar pela segurança dele primordialmente, foi solicitada a substituição⁹ da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade para a de Liberdade Assistida, o que foi prontamente atendido pelo judiciário. Na medida de Liberdade Assistida ele compareceria aos atendimentos no CREAS, em vez de ficar oito horas semanais prestando o serviço em uma instituição, o que poderia deixá-lo mais em risco. Ele mesmo disse: “ao CREAS eu posso comparecer em dias e horários alternados”, o que poderia resguardá-lo um pouco mais.

No início da medida socioeducativa, Natal começou a trabalhar, formalmente, como auxiliar de serviços gerais, no horário noturno, realizando a limpeza de uma fábrica do ramo alimentício. Ele relatou, nos atendimentos, a grande dificuldade que estava sentindo com esse trabalho, principalmente por ser à noite. No entanto, disse que estava aproveitando essa oportunidade, essa “porta que se abriu” (sic) para ele. Além disso, ele estava trabalhando e

⁹ De acordo com o artigo 43 da Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, pode ser solicitada a substituição de uma medida socioeducativa por outra.

finalizando um curso de torneiro mecânico. Consideramos que essa porta aberta pôde ser por ele sustentada a partir do tratamento pela palavra.

Devido ao cansaço com o trabalho noturno, Natal passou a dormir durante o dia, o que ocasionou algumas faltas no atendimento da medida socioeducativa. No entanto, essas faltas foram compreendidas considerando o esforço que ele estava fazendo para construir um novo percurso de vida. Em alguns atendimentos, ele voltou a falar da ameaça de morte, ou seja, das notícias que chegavam até ele de que as pessoas queriam matá-lo. Diante disso, a intervenção realizada foi no sentido de salientar a mudança que ele estava fazendo em sua vida, marcando a importância da sua dedicação ao trabalho e ao curso profissionalizante, mas ressaltando a necessidade da mudança, também, de endereço, para o seu afastamento da região de risco. Dessa vez, ele ficou pensativo.

O adolescente externou algo que o angustiava desde a tentativa de homicídio sofrida. Em suas palavras: “Quem me conhece não me aceita. As pessoas têm medo de mim, não pelo que eu possa fazer a elas, mas de ficarem perto de mim e levarem um tiro”. Assim, ele se dá conta de que a escolha por viver em região de risco afeta também o seu laço social. Na ocasião foi feita uma intervenção no sentido de marcar para ele que a medida socioeducativa poderia ser uma parceira, acolhendo a sua fala sobre o risco de morte, auxiliando-o no que fosse preciso.

O trabalho possibilitou a Natal dar outros passos para a realização de alguns projetos, por exemplo, o de tirar a carteira de habilitação. Ele disse que desejava comprar um carro para toda a família poder usufruir, pois só o pai tinha uma moto, que era o meio de transporte usado para levá-lo ao trabalho noturno, considerando que, segundo Natal, à noite era maior o seu receio de sair de casa, devido à ameaça de morte. Ele foi aprovado no teste de legislação na primeira tentativa, superando a dificuldade de leitura que tinha, como o pai que passara depois de tentar várias vezes. Após sua aprovação, Natal ressaltou: “Quem quer conquista! Importante é ter força de vontade!” Essa fala foi valorizada pela psicóloga da medida, que o parabenizou e enfatizou os expressivos passos que demonstravam a sua força de vontade.

Natal foi dispensado do trabalho após o período de experiência, o que o deixou muito triste. No mesmo dia, sem agendamento prévio, ele compareceu ao serviço de medidas socioeducativas procurando pela profissional que o atendia. Pediu a ela que o ajudasse a conseguir um novo emprego, salientando que logo quando “Parecia que estava dando tudo certo começou a dar errado”. Nesse atendimento, como uma forma de acolher o pedido de ajuda feito pelo adolescente, a psicóloga valorizou a ida dele ao CREAS e procurou auxiliá-lo diante da demanda apresentada: fez um currículo com ele, além de encaminhá-lo para realizar

a inscrição para emprego em algumas empresas. No atendimento seguinte, seu pai compareceu com ele, pois iriam juntos entregar alguns currículos depois do atendimento. O pai disse para a psicóloga que iria mostrar para o filho como se faria para conseguir um trabalho.

Antes da finalização da medida socioeducativa, Natal morreu vítima de um homicídio, quando saía da casa da namorada, localizada há algumas ruas de sua casa. Apesar do movimento feito por ele para construir um novo percurso de vida, ele não saiu da região onde morava, o que, nesse caso, poderia ter contribuído para outro desfecho. Algo da dimensão mortífera do gozo pareceu se impor, à medida em que ele se manteve na região que o expôs ao risco de morte.

2.4.3 “Ainda bem que você me escuta!”

Vitório tinha duas medidas a cumprir: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Iniciou o cumprimento uma primeira vez, deixando de comparecer aos atendimentos no CREAS. De acordo com o procedimento a ser tomado nestes casos, como citado, quando ocorre o descumprimento da medida, o adolescente é intimado para uma audiência de justificação com o Juiz da Vara da Infância e Juventude. Após a audiência, Vitório foi encaminhado para retomar o cumprimento das medidas e advertido pelo juiz que um novo descumprimento não seria aceito.

Os dois momentos do adolescente na medida foram acompanhados por profissionais diferentes. Quando ele retornou ao cumprimento, disse que o motivo do descumprimento precedente foi o fato de estar ameaçado de morte, o que não pôde dizer a outra profissional porque ela se preocupava somente em anotar o que ele dizia, não escutando-lhe de fato.

Vitório tinha significativo envolvimento com o tráfico da região em que morava, tendo chegado a gerenciar o local. Em virtude das constantes guerras entre grupos rivais da região, tentaram matá-lo três vezes. Após a terceira tentativa de homicídio, ele e seu irmão saíram às pressas da casa em que moravam e mudaram de região, indo para um apartamento alugado pela mãe. O irmão também teve envolvimento com o tráfico e, também, estava ameaçado. A mãe, o pai e a irmã de Vitório continuaram morando na antiga residência.

O jovem conseguira um trabalho formal como garçom em uma lanchonete. Em determinado dia, viu naquele lugar algumas pessoas de seu antigo bairro, consideradas suas rivais e, diante disso, passou a ir trabalhar armado. Após ficar licenciado do trabalho devido a um acidente ocorrido quando pilotava uma moto, foi dispensado do trabalho.

Em determinado momento, depois de ficar um tempo desempregado, Vitório voltou para o tráfico de drogas, em localização distinta da que traficava anteriormente. No atendimento da medida em que ele contou sobre isso, chorou muito e alegou que não queria ter voltado a traficar e ficar tão perto da morte de novo. Dizia que sua família não ligava para ele e não se importava com a sua volta para o tráfico. Mas, foi sua mãe quem o buscou retirando-o desse novo envolvimento.

Ele alegava "crer no livramento de Deus", e que também "fazia a sua parte", "ficando vigilante" e não se expondo ao perigo. Dizia que não era possível "abaixar a guarda" em relação à própria segurança, chegando a chamar a atenção do irmão quando ele se expunha ao risco. Como dissera ter visto algumas pessoas com as quais tinha rivalidade no bairro em que se localizava o CREAS, passou a redobrar a cautela no deslocamento, ainda alternando o itinerário de ida e de volta para evitar a perseguição.

Até então, ele não tinha iniciado o cumprimento da medida de PSC. O local para o cumprimento da referida medida foi definido com Vitório, pensando nas atividades que seriam realizadas e, principalmente, em sua segurança. Como é o procedimento do serviço, no primeiro momento, o profissional da medida acompanha o adolescente na instituição para a formalização da mesma, momento em que são definidos os dias, horários e as atividades que serão realizadas pelo adolescente.

Quando a psicóloga chegou à instituição, Vitório já estava lá. Ele a recebeu na entrada e lhe mostrou que estava armado, dizendo que achou prudente fazê-lo, pela sua segurança. Diante disso, a psicóloga interveio dizendo que não daria prosseguimento à formalização da medida e salientou que armado não seria possível. Foi proposto conversar com ele, naquele mesmo dia, no CREAS, equipamento no qual ocorriam os atendimentos dos adolescentes. Vitório foi para o atendimento, mas ainda estava armado, e por isso não foi atendido. Ele insistiu para que o atendimento ocorresse e pediu à psicóloga que não ficasse triste, porque senão ficaria também. A decisão de não atendê-lo armado foi mantida.

Nos atendimentos seguintes, foram abordados os meios que até então ele tinha buscado para manter-se seguro - mudando de residência, evitando lugares públicos, tendo cautela em seu deslocamento - e o modo como passara a fazê-lo, isto é, andando armado. Ele disse que desarmado ficaria exposto na instituição da medida de prestação de serviços, mas que tentaria cumprir a medida e não iria mais armado. A psicóloga não concordou com a possibilidade dessa arriscada exposição dele e concluiu que, já que ele tinha dito que aquele local não seria seguro, seria procurado outro. Em seguida, Vitório disse: "Ainda bem que você me escuta! Graças a Deus! Se fosse outra profissional, talvez eu já teria morrido, cumprindo a

medida.” Ele acrescentou que fora, sim, armado, a fim de que a psicóloga compreendesse a seriedade de sua situação. Há, neste ato, um pedido de socorro endereçado à psicóloga, que é por ela acolhido.

Em seu primeiro atendimento, o adolescente dissera à psicóloga que esta não iria compreender o risco de morte que ele vivia, por ser algo certamente distante de sua realidade. Na ocasião, foi feita uma intervenção dizendo que se ela não conhecia o risco, seria necessário que ele lhe contasse.

No decorrer do acompanhamento da medida, Vitório vivenciou o agravamento da situação de saúde do pai, que ficou internado com o risco de morte. Sua mãe, que faz uso de medicação para o quadro de depressão, em determinado momento, começou a tomar vários comprimidos de uma vez, dizendo que “queria ir embora” (sic), pois não “estava aguentando mais essa vida”. Nessa época, Vitório voltou para o bairro em que morava, mesmo com o risco que corria, para cuidar da mãe. Ele disse à psicóloga: “Você pode ir à minha casa e conversar com a minha mãe? Conversar com você pode ajudá-la, pois faz a gente pensar.” Diante desse pedido, a psicóloga fez uma visita domiciliar à mãe.

Depois desse fato, Vitório saiu novamente do bairro em que morava devido ao risco de morte que corria. Foi morar sozinho, procurando encontrar um lugar em que pudesse recomeçar a sua vida, e continuou contando com o apoio de sua mãe. Sua medida socioeducativa finalizou, compulsoriamente, quando fez vinte e um anos de idade, mesmo sem ter ocorrido o cumprimento integral. Na ocasião, ele solicitou continuar sendo atendido pela psicóloga no consultório.

Por sua vez, a solicitação feita pelo jovem não foi prontamente atendida pela psicóloga, que, seguindo o protocolo, priorizou fazer as devidas articulações com a rede socioassistencial e de serviços, encaminhando-o para o acompanhamento de suas necessidades. Contudo, ele continuou entrando em contato com a psicóloga no serviço de medidas socioeducativas, para compartilhar o que estava vivenciando e “conversar um pouco mais”. Disse certa vez: “quase pensei em abrir mão de tudo e retornar para a vida da criminalidade. Mas lembrei das coisas que conversamos e resolvi prosseguir na tentativa da reinserção na sociedade” (sic). Ao ser apresentada a ele a possibilidade de encaminhá-lo para um acompanhamento psicológico, disse à psicóloga: “mas ela não será você!?” (sic). “Quando a gente conversava nem era preciso mais que eu tomasse medicação¹⁰ para dormir. As nossas

¹⁰ Não havia prescrição para Vitório tomar medicação. Quando ele tinha dificuldade para dormir, ele pegava remédios com a mãe que fazia uso continuamente.

conversas me acalmavam” (sic). Diante de tudo isso, a psicóloga acolheu a demanda de atendimento de Vitório.

Após a apresentação dos casos, seguem algumas considerações a respeito do trabalho. Os casos serão retomados nos próximos capítulos para a discussão teórica.

Algumas hipóteses norteiam nossa investigação:

- O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto não acredita, inicialmente, que o profissional da medida poderá ajudá-lo;
- O profissional pode corroborar com esse imaginário do adolescente ao priorizar os procedimentos burocráticos da medida, em vez de escutar os sujeitos;
- Ao dar lugar à palavra do sujeito, o psicanalista favorece o estabelecimento da transferência, que pode levar à sua implicação subjetiva. Por vezes, o sujeito sai da posição daquele que é perseguido para alguém que escolhe colocar a própria vida em risco. Nos casos relatados, é possível perceber que o tratamento pela palavra confere certo sentido ao gozo mortífero, abrindo a via para o desejo de viver.

Tais reflexões serão realizadas nos próximos capítulos deste trabalho. Primeiramente, faremos uma discussão teórica acerca da noção de adolescência na teoria psicanalítica, relacionando-a com o risco envolvido nesse tempo lógico, e com a ameaça de morte a que esses jovens se expõem. Em seguida, será apresentada uma reflexão sobre o conceito de transferência. E, finalmente, serão analisados os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e ameaçados de morte.

3 RISCO, ATO INFRACIONAL E AMEAÇA DE MORTE NA ADOLESCÊNCIA

Como foi visto, o objetivo central desta pesquisa é investigar os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes ameaçados de morte e em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. No primeiro capítulo, contextualizamos o campo das medidas socioeducativas, articulando-o com a política pública de assistência social. Apresentamos também algumas considerações metodológicas, contribuições de outras dissertações com temáticas afins, além de fragmentos clínicos de relatos de adolescentes que se encontraram, durante o cumprimento da medida, ameaçados de morte. Tais casos clínicos nos orientaram sobre a direção teórica a ser trilhada nesta dissertação.

Sendo assim, discutiremos, neste capítulo, sobre a concepção da adolescência para a psicanálise, salientando a atração pelo risco que marca esse momento da vida. Traremos,

ainda, algumas considerações acerca da situação de ameaça de morte na adolescência, apontando aspectos dificultadores para a construção de alternativas de proteção. No próximo capítulo, abordaremos o tema da transferência, segundo o referencial teórico psicanalítico, articulando-o com os casos apresentados no primeiro capítulo. Essa articulação, por sua vez, visa a destacar alguns desafios e efeitos da transferência no trabalho com esses adolescentes.

3.1 Adolescência

Nem sempre se pôde falar sobre adolescência. De acordo com Lacadée (2012), desde o final do século XIX a expressão adolescência foi utilizada para designar esse momento particular da vida. A adolescência, para a Psicanálise, é um tempo lógico em que o sujeito precisa lidar com as novidades das mudanças da puberdade, sem, contudo, poder contar com os recursos e os amparos simbólicos dos quais lançava mão até então. Como salienta Lacadée: “Devido ao real da puberdade, o sujeito encontra-se exilado de seu corpo de criança, das palavras de sua infância e de sua língua da infância, que se desarticula sem que ele possa dizer o que lhe acontece” (2012, p. 257).

De acordo com Freud (1905/1974), a pulsão¹¹ sexual na infância era autoerótica, parcial e dividida em zonas erógenas distintas. A pulsão sexual infantil não mostra nenhuma necessidade de um objeto sexual. Entretanto, com a chegada da puberdade, a pulsão pode encontrar objetos sexuais diferentes daqueles da infância, considerando o primado da zona genital. O autor salienta que não é somente o corpo que se encontra em condições de concretizar o encontro com o novo alvo sexual, mas também, no lado psíquico, esse encontro pode ser consumado, pois o caminho já foi preparado desde a infância.

Freud ressalta que a puberdade é um intenso período de rearranjo para o desenvolvimento da sexualidade. Como salientam Capanema e Vorcaro: “Afinal, a compleição corporal e o encontro com o outro sexo, incidentes na adolescência, possibilitam abordar diretamente e tornar realizável o que, até então, restringira-se ao plano da fantasia e da expectativa” (2012, p. 152).

O que se podia experimentar na condição de ensaio ou na fantasia, já pode ser concretizado na puberdade. Entretanto, com a barreira do incesto, o adolescente passa a buscar novos parceiros para o encontro sexual:

¹¹ “Por pulsão podemos entender, a princípio, apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática que flui continuamente” (Freud, 1905/1974, p. 103).

Com o adiamento da maturação sexual, entretanto, ganhou-se tempo para erigir, junto a outros entraves à sexualidade, a barreira do incesto, para que assim se integrem os preceitos morais que excluem expressamente da escolha objetal, na qualidade de parentes consanguíneos, as pessoas amadas na infância (Freud, 1905/1974, p. 138).

Essa barreira do incesto, erigida na latência, “tem como consequência o recalçamento do objeto parental, que se vê, então, definitivamente condenado enquanto objeto sexual” (Lacadée, 2012, p. 254).

A adolescência é um período de estranhamento e incertezas, já que as bases simbólicas de outrora não se sustentam mais, e ainda não se constituíram outras. “A adolescência é de fato um tempo de suspensão no qual as significações da infância se distanciam enquanto as da idade adulta do homem ou da mulher apenas se deixam pressentir” (Le Breton, 2017, p. 22).

Além de ter que lidar com o que se inaugura em seu próprio corpo, o sujeito se vê convocado a fazer escolhas nos campos social e subjetivo. Mais do que um tempo de respostas, a adolescência se apresenta como um período de questionamentos, que requer um tempo para a sua elaboração. Esse tempo, por ser próprio a cada um, é lógico, e não cronológico.

Segundo Le Breton (2017), o termo adolescência vem do latim *adolescens*, do verbo *adolescere*, que significa crescer. Esse crescimento traz consigo conflitos relativos ao intenso trabalho de separação que ocorre nesse momento. Faz-se relevante considerar que a separação dos pais representa uma importante etapa de subjetivação, que consiste no questionamento do saber dos mais velhos, que até então eram referenciais de identificação, para construir um saber que seja próprio ao indivíduo.

Neste "tempo lógico", os agrupamentos entre pares são muito importantes, e o sentimento de proximidade entre os amigos pode prevalecer sobre o relacionamento com os pais. Stevens (2004) nos adverte que o uso do termo "adolescência" e da expressão "crise da adolescência" podem enfatizar o que é comum nesse período, recobrando a clínica, que se interessa pelo que há de singular em cada um. Nesse sentido, o que está em causa é como cada sujeito constrói a sua adolescência e os recursos de que dispõe.

As vivências próprias do tempo da adolescência não podem ofuscar os percursos individuais e as invenções singulares. Como cada adolescente significa as suas experiências de uma forma própria, cabe-nos escutar como cada um tece a sua resposta à puberdade.

A adolescência seria, então, a resposta sintomática possível que o sujeito vai dar a isso. É o arranjo particular com o qual ele organizará sua existência, sua relação com o mundo e sua relação com o gozo, no lugar, portanto, da relação sexual (Stevens, 2004, p.30).

Na adolescência há o surgimento de um real próprio da puberdade, que aponta para o furo no saber. Na cadeia significativa, nada pode ser utilizado para nomear e orientar as novas vivências com as quais o adolescente se depara. Lacan (1967/2003d) ressalta que na adolescência ocorre o despertar da sexualidade e, conseqüentemente, o confronto com a inexistência da relação sexual. Em suas palavras, “. . . isso não é satisfatório para todos, chegando a confessar que, se é mal sucedido, é para todo mundo” (Lacan, 1967/2003d, p. 557).

Não há relação sexual significa que, para todo sujeito, pelo fato de ser tomado na linguagem, não há no inconsciente nada que diga a um homem como se comportar com uma mulher, e a uma mulher como se comportar com um homem (Lacadée, 2012, p. 255).

Diante da inexistência da relação sexual, ou de um saber que apazigue de forma absoluta o mal-estar provocado pelo encontro com o real, resta, a cada um, inventar a sua solução. Para Lacadée (2011, p. 16), deve-se considerar “o real com que cada adolescente se vê confrontado, ali onde apenas ele tem a chance de saber inventar sua própria resposta, a que lhe permitirá tecer o que torna sua história singular”.

Sabemos que a adolescência é vivenciada de modo específico em cada cultura. Portanto, para compreendermos a adolescência é importante se atentar para o contexto em que o adolescente vive, pois o sujeito se constitui na cultura. Segundo Lima (2015)¹², devemos levar em consideração as vestimentas simbólicas de cada época, pois o sintoma se reveste das tessituras simbólicas e imaginárias da época na qual está inserido o indivíduo.

Em relação à adolescência contemporânea, Miller (2015) ressalta que a psicanálise se ocupa de três questões: a saída da infância, a diferença entre os sexos e a imiscuição do adulto na criança, ou seja, uma espécie de antecipação da posição adulta na criança. O autor salienta a ocorrência de mutações da ordem simbólica na sociedade atual, devido ao declínio do patriarcado e à destituição da tradição. Há uma queda da figura idealizada do par parental construída na infância, a partir da constatação de que o Outro, ou seus substitutos, não são tão plenos quanto se acreditava. Esse esvaziamento da autoridade e o empobrecimento da ordem simbólica associados à multiplicidade de objetos de consumo, segundo Miller (2015), propiciam a procrastinação da adolescência, adiando-a para o mais tarde possível.

Assim, é possível perceber, por um lado, a imiscuição do adulto na criança, como uma espécie de antecipação, por outro, uma procrastinação, um adiamento em relação à

¹² A Professora Nádia Laguárdia de Lima comentou em uma das aulas da disciplina Adolescência e sintomas contemporâneos, ministrada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH/UFMG, em 2015.

adolescência. Contudo, parece que ambos os termos colocam em questionamento a elaboração da adolescência como uma resposta sintomática à puberdade.

Como não podemos compreender a adolescência desconectada da cultura, apresentemos alguns pontos do contexto vivenciado por alguns adolescentes. Há muitas famílias em nosso país que ainda vivem em estado de pobreza e miséria, expostas às mais diversas situações de vulnerabilidade e de violações de direitos, nos âmbitos intra e extra-familiar. Como exemplo: ausência de políticas públicas de cultura, esporte e lazer; desemprego dos pais; violência sexual de crianças e adolescentes; exploração do trabalho infantil; violência doméstica; consumo de drogas entre adolescentes; evasão escolar. Tal realidade não é sem efeitos para os adolescentes: “Esses momentos de exílios são vividos de forma mais aguda e real quando os adolescentes vivem em lugares de exclusão, onde já está em questão certa precariedade simbólica e até mesmo uma rejeição” (Lacadée, 2012, p. 258).

Especificamente em relação à evasão escolar, Freud (1910/1969) nos advertiu sobre a importância da função da escola no momento da adolescência. Em seu texto intitulado "Contribuições para uma discussão acerca do suicídio", ele argumentou que a escola deve oferecer apoio e amparo nesse momento de afrouxamento dos vínculos do adolescente com os pais, não apenas para conter impulsos suicidas, mas dar-lhes o desejo de viver, despertando-lhes o interesse pela vida do mundo exterior.

De acordo com Lacan (1967/2003c), seria a função de “toda formação humana, por essência, e não por acaso, refrear o gozo” (p. 362). Da mesma forma, podemos pensar que nas instituições socioeducativas algo dessa intervenção também possa ocorrer, pois, apesar de serem contextos diferentes, há a convergência de uma missão educativa nessas instituições, com a possibilidade de o adolescente estabelecer um laço transferencial com algum profissional destes locais.

Considerando as violações de direitos vivenciadas nesses espaços, como o sujeito pode construir a sua adolescência? De que ponto cada adolescente poderá partir para a construção de uma resposta sintomática à puberdade? E em quem ele poderá se apoiar nesse percurso?

Lacadée (2007) ressaltou que na adolescência pode ocorrer a provocação linguageira, uma maneira provocadora de falar. Mas o autor chama a atenção para o fato de que os adolescentes não possuem palavras que possam traduzir o que se passa em seu corpo e também em seus pensamentos. “É o momento em que o adolescente tem a tarefa, o dever ético de encontrar uma língua para dizer sobre si ao Outro” (Lacadée, 2012, p. 261). Essa perspectiva pode nortear as intervenções clínicas.

Se a adolescência é um tempo lógico de elaboração de uma resposta particular ao encontro com o real da puberdade, o contexto social em que o jovem vive pode não favorecer essa construção sintomática, na medida em que ele não tem o tempo de espera necessário à elaboração da adolescência. O adolescente precisa responder rapidamente aos desafios subjetivos e sociais com os quais é confrontado. Como exemplo, a entrada na criminalidade o convoca a entrar rapidamente na vida adulta, ou seja, sem a passagem pela adolescência:

Na ausência do compasso de espera que a adolescência representa, o adolescente atravessado pela criminalidade parece encurtar o tempo de passagem da infância à vida adulta num curto-circuito que quase suprime a passagem pela elaboração característica da adolescência (Guerra, Soares, Pinheiro, & Lima, 2012, p. 247).

Assim, como a prática de atos infracionais, outros atos podem ser praticados nessa fase da adolescência, também nomeados de “condutas de risco”. A seguir, faremos essa reflexão aproximando adolescência e ato a partir das perspectivas antropológica e psicanalítica.

3.2 Adolescência e risco

Apresentaremos, neste subcapítulo, algumas reflexões antropológicas sobre o risco a partir das elaborações de Le Breton, para pensarmos sobre a relação existente entre adolescência e risco na teoria psicanalítica.

Para Le Breton, “O risco é inerente à condição humana. A vida cotidiana multiplica as ocasiões de perigo de escolha, distração, esquecimento, negligência, desconhecimento do ambiente, ou inépcia dos outros” (2009, p. 6). Nesta perspectiva, o risco permeia a vida do ser humano em todos os seus momentos.

Mas que relação pode ser estabelecida entre adolescência e risco? Como veremos, as condutas de risco¹³ na adolescência aproximam adolescência e ato:

Na adolescência está implicada uma escolha decisiva, que inclui a dimensão inédita de um ato. A dimensão do ato é muito importante nas patologias que aparecem na adolescência por ser a tentativa de inscrever, nas crises de identidade que se tornam crises de desejo, a parte real ligada ao objeto a (Lacadée, 2011, p.19).

O surgimento de um real pulsional, o real da puberdade, não vêm acompanhado de um saber sobre o que se pode fazer em face do outro sexo. Ocorre, então, a ascensão do objeto a,

¹³ “Entende-se aqui a noção de conduta de risco como um jogo simbólico ou real com a morte, um arriscar-se, não para morrer . . . mas viver mais” (Le Breton, 2009, p. 2).

esse real inassimilável pela função simbólica. “Para o adolescente, a sexualidade ‘faz furo no real’ (Lacan, 2002, p. 562) e o confronto com um buraco no saber que questiona todo o saber do Outro e o faz deparar-se com o impossível, ou seja, um novo real indizível” (Lacadée, 2012, p. 255).

Há o declínio da autoridade dos pais que reacende o desamparo constitutivo. O adolescente reconsidera, interroga e pode até mesmo recusar o assujeitamento à linguagem, o que poderia limitar o gozo. Essa inconsistência do Outro parental contribui para o empobrecimento dos recursos simbólicos de que o adolescente poderia lançar mão na travessia da adolescência. Diante da falta de elaboração simbólica suficiente para que o adolescente possa transpor essa situação que o permitiria realizar um trabalho de ligação e contenção da força pulsional, Lacadée situa a emergência do ato:

Essa força sempre em movimento encarna o fogo do gozo, quando este não pôde ou não soube encontrar no discurso ambiente um meio de ser refreado, pontos de ancoragem nos quais fixar seus transbordamentos, ou maneiras melhores de saber fazer com isso (2011, p.8).

Essas condutas são um modo de jogar sua existência contra a morte para dar sentido e valor à própria vida. O jovem põe seu corpo em risco para reencontrar seu lugar no tecido do mundo. “. . . aceito o risco de pagar com a vida esse momento de onipotência que me dá, enfim, o sentimento de existir. Mas a morte pode, a qualquer momento, reclamar o que lhe é devido” (Le Breton, 2009, p. 79).

Por vezes, as condutas de risco consistem num arriscar-se não para morrer, mas para viver mais. Entretanto, não podemos nos esquecer da presença da pulsão de morte, onde uma tendência à autodestruição opera de forma, muitas vezes, inconsciente.

. . . existe uma autodestruição semi-intencional (com uma intenção inconsciente), capaz de explorar habilmente uma ameaça à vida e mascarar-la como um acidente casual. Não há por que supor que essa autodestruição seja rara. É que a tendência à autodestruição está presente em certa medida num número muito maior de pessoas do que aquelas em que chega a ser posta em prática; os ferimentos auto-infligidos são, em geral, um compromisso entre essa pulsão e as forças que ainda se opõem a ela (Freud, 1901/1969, p. 183).

As pulsões pressionam por satisfação e as que são intoleráveis são recalçadas. “É a partir da observação de repetições de situações e vivências de desprazer que a hipótese da pulsão de morte é construída” (Silva, 2014, p. 52). Lacan (1960/1998) advertiu que o ingresso do sujeito na linguagem já o marcou a partir do momento em que foi barrado pelo significante. Em suas palavras:

O sujeito falante tem o privilégio de revelar o sentido mortífero desse órgão e, através disso, sua relação com a sexualidade. Isso porque o significante como tal, barrando por intenção primeira o

sujeito, nele fez penetrar o sentido da morte. (A letra mata, mas só ficamos sabendo disso pela própria letra.) Por isso é que toda pulsão é virtualmente pulsão de morte (p. 862-863).

A constituição do sujeito, então, é marcada pela pulsão de morte, sendo-lhe esta mais familiar do que se pensava.

Para Le Breton (2009), o risco é socialmente construído e a sua percepção não está relacionada apenas à apreciação objetiva dos perigos, mas também a uma representação pessoal. Essa ameaça pode relacionar-se com a possibilidade de morte iminente, como nos casos apresentados nesta dissertação. Entretanto, é preciso estar atento ao sentido que o adolescente confere ao risco que o cerca e o gozo que o sustenta.

Na sociedade contemporânea reinada pelo gozo, o uso da palavra tem ficado cada vez mais em segundo plano, e a atuação tem substituído a enunciação. Como salienta Le Breton, “a relação com o risco é sempre uma prova de verdade” (2009, p. 25). Nesse caso, então, o ato poderá consistir em um apelo ao Outro na busca de reconhecimento. “As condutas de risco são também maneiras ambivalentes de lançar um apelo aos mais próximos, àqueles que importam. Constituem uma maneira última de forjar sentido e valor” (Le Breton, 2009, p. 41).

As contribuições de Lacan permitem distinguir duas modalidades de ato: *acting out* e passagem ao ato. Segundo Lacan (1962-1963/2005), tanto a passagem ao ato como o *acting out* demonstram a relação com o Outro:

O momento da passagem ao ato é o do embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento. É então que, do lugar em que se encontra – ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito – ele se precipita e despenca fora da cena (Lacan, 1962-1963/2005, p. 129).

Na passagem ao ato, o sujeito sai da cena numa tentativa de ruptura da relação com o Outro. Nesse caso, uma mediação simbólica se torna inviável, pois não há nenhum endereçamento ao Outro.

Se as condutas de risco podem ser um apelo, podemos designá-las como *acting out*. “O *acting out* é, essencialmente, alguma coisa que se mostra na conduta do sujeito. A ênfase demonstrativa de todo *acting out*, sua orientação para o Outro, deve ser destacada” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 137). Nessa perspectiva, há um ato endereçado que busca interpretação, sendo cometido na presença do Outro e para ele:

Acting out é, em essência, a mostra, a mostragem, velada, sem dúvida, mas não velada em si. Ela só é velada para nós, como sujeito do *acting out*, na medida em que isso fala, na medida em que poderia ser verdade O essencial do que é mostrado é esse resto, é sua queda, é o que sobra nessa história (Lacan, 1962-1963/2005, p. 138-139).

É importante localizar o destinatário desta mostração, além de buscar os meios para lidar com ela. “Convém dizer, aliás, que o *acting out* clama pela interpretação, mas a questão é saber se esta é possível” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 140). Delineia-se a abertura para uma outra forma de manejo clínico que não a interpretação. Para Lacan, o *acting out* pode ser compreendido como o começo da transferência, ou uma transferência selvagem. Vemos, então, que podem chegar ao encontro de um psicanalista pacientes que não apresentam uma demanda clara de tratamento, e esta pode se consistir em um ato.

De acordo com Safatle (2017), ao produzir um ato, o sujeito age a partir do que coloca em colapso a ordem simbólica, ou seja, há algo do real que se apresenta. O autor salienta que o ato analítico é aquele capaz de inscrever o sujeito no real. Um ato solidário de um dizer. Como consequência, ele, aponta uma direção clínica:

A partir de agora, a análise não irá procurar, através da interpretação, fornecer a inscrição dos sujeitos no interior de um quadro regulado de conflitos e filiações. Ela irá confrontar os sujeitos a um ato que os destituem de tal lugar (Safatle, 2017, p. 216).

Vemos que a proposta em tela não consiste no retorno a uma época em que os sujeitos apresentavam mais sustentações via simbólico, mas na busca de maneiras de operar, eticamente, a partir do real que está em jogo. Sendo assim, a escuta dos adolescentes pode possibilitar uma elaboração do real pela via da palavra. Esse acolhimento, segundo Lacadée (2012), consiste em dizer "sim", dizendo ao mesmo tempo "não", buscando tornar-se para o adolescente um Outro que possa autenticar a sua singularidade.

De acordo com Lacadée (2011), é preciso dar atenção aos adolescentes, pois “essa dimensão do ato pode levar alguns a uma clínica da pressa, ou seja, querer pôr à prova, numa certa urgência, e até mesmo com violência, a dimensão de verdade de seu ser” (p.19). Nesse âmbito, o ato cometido pode consistir em um ato infracional:

A delinquência é um outro caminho para testar “os próprios limites”, “saber do que se é capaz” etc., mas em vez de se exercer em um enfrentamento pessoal com o mundo, ele faz-se pelo enfrentamento com o outro. Em lugar de desafiar a natureza, desafia a relação social (Le Breton, 2009, p. 73).

Temos aqui uma concepção de ato que não faz parte do arcabouço jurídico, nem mesmo na concepção da normativa que rege o direito das crianças e dos adolescentes. Conforme visto no primeiro capítulo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) salienta que crianças e adolescentes estão em desenvolvimento e necessitam de proteção integral, o que representou um ganho expressivo em relação à concepção anteriormente vigente no Código de Menores, lei 6.697. Neste estavam estabelecidos princípios que consistiam na

proteção da sociedade contra os riscos que os jovens em situação irregular representavam. O ECA possibilitou, portanto, uma mudança de perspectiva, na medida em que o adolescente deixa de ser pensado como aquele que representa um risco social, para ser tomado como aquele que precisa de proteção e amparo social.

Mesmo não fazendo parte das normativas legais, compreender o ato infracional como uma tentativa de buscar a verdade do seu ser, pode nortear o trabalho com os adolescentes. Ela possibilita que a medida socioeducativa seja uma oportunidade, a partir do momento em que seus profissionais estejam interessados e atentos ao que os adolescentes dizem. Essa posição permite que o saber dos adolescentes possa emergir e, dessa maneira, o trabalho pode ser executado como uma “aposta na oferta de recursos simbólicos como modo de acolhimento desse excedente pulsional” (Capanema e Vorcaro, 2012, p.153).

Consideramos, pois, de suma importância o trabalho dos profissionais das medidas, uma vez que “Parte expressiva das práticas socioeducativas tem se constituído em modos de objetificação do sujeito” (Malvasi e Adorno, 2014, p. 10). Colocar a escuta à frente dos protocolos de trabalho, visando possibilitar que o sujeito se apresente e possa construir uma resposta que não seja pela via do ato infracional, é o desafio que está em consonância com o convite feito por Garcia (2003): “as modificações na oferta transformam, conseqüentemente, a demanda que desses sujeitos teria que advir” (p. 4). Trata-se, portanto, de escutar o dito, possibilitando a emergência do dizer.

Às vezes, o insuportável exila o sujeito de seu sentimento de humanidade, salvo se o encontro com o Outro abrir esse *ponto de onde*, o tempo de um espaço a ser compreendido de outra maneira, à luz de um “sim” referido à sua tomada da palavra, à sua parte de exceção, à sua enunciação sempre incomparável (Lacadée, 2011, p. 23).

Nos casos específicos em que esses sujeitos encontram-se ameaçados de morte e não vislumbrem na instituição mais do que uma medida de punição pelos seus atos, eles se sentem duplamente ameaçados e, dessa maneira, a instituição, em vez de tornar-se uma “parceira” para a construção de sua adolescência, pode ser mais um espaço ameaçador e punitivo. Com efeito, para além da qualificação técnica da intervenção, é importante interrogar essas medidas para que elas não perpetuem, para o adolescente, uma relação de poder e violência que é própria dos mecanismos jurídicos de combate à criminalidade.

Os profissionais que trabalham com os adolescentes em conflito com a lei devem ancorar a sua atuação sob o paradigma da saúde, num desenvolvimento integral, como preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “É urgente que as medidas

socioeducativas desempenhem papel protetivo num projeto ético e coletivo de produção de sentidos renovadores aos adolescentes atendidos pelo sistema” (Costa e Assis, 2006, p. 76).

Malvasi (2012) salientou que grande parte dos adolescentes e jovens que cumprem uma medida demonstra receio em relação ao que devem dizer para os técnicos. Eles escolhem um discurso que seja mais “adequado” e socialmente aceito.

Considerando o desafio que está colocado na execução de uma medida socioeducativa que tem como público-alvo adolescentes que acionaram a intervenção da lei ao cometerem um ato infracional, que trabalho é possível ao psicanalista?

O novo surgido no dito pode, então, orientar uma fala inédita, uma nova tomada de posição na língua, permitindo ao adolescente traduzir a via nova que a ele foi oferecida. Eis o abrigo que pode oferecer o encontro com um psicanalista, guiando o adolescente na tarefa de bem dizer seu ser (Lacadée, 2011, p.23).

A ética psicanalítica visa ao que há de mais singular em cada um. Assim, é importante apostar no sujeito. De acordo com Lacan (1962-1963/2005), em alguns casos, segurar os sujeitos pela mão, para não lhes deixar cair, é absolutamente essencial.

Após as considerações apresentadas acerca da adolescência e da sua relação com as condutas de risco, apresentaremos algumas reflexões acerca da ameaça de morte na adolescência e suas implicações subjetivas.

3.3 Reflexões acerca da ameaça de morte na adolescência

Nesta seção buscaremos refletir sobre a presença da ameaça de morte na adolescência, para analisar se tal ameaça acrescenta especificidades ao modo de vivenciar a adolescência e ao cumprimento da medida socioeducativa. Consideraremos, também, mas no próximo capítulo, se a ameaça traz especificidades e desafios para o estabelecimento do laço transferencial. Para tanto, usaremos, dentre outras referências, principalmente as contribuições de dois trabalhos publicados pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Ademais, neste momento, torna-se necessário ressaltar que a pesquisa bibliográfica realizada mostrou precária, em termos quantitativos, as publicações acerca da temática "adolescentes ameaçados de morte".

Os dados relacionados ao altíssimo índice de mortalidade da juventude brasileira, apresentados na introdução, têm motivado pesquisas, projetos e programas visando a contribuir para a reversão dessa triste realidade. O que motivou a presente pesquisa, entretanto, além desses dados, foi a constatação do aumento do número de adolescentes

ameaçados de morte que chegaram ao serviço de medidas socioeducativas, nos anos de 2015 à 2017. Conseqüentemente, as notícias de homicídio de adolescentes no período do acompanhamento da medida, ou mesmo após a sua finalização, despertaram os seguintes questionamentos: O que significa para cada adolescente estar ameaçado de morte e como cada um se posiciona diante dessa situação? Por que alguns expõem a ameaça para o profissional da medida e outros não? Que saída é possível ser construída nesses casos?

Um importante marco que também motivou este trabalho foi o encontro com Natal, um dos adolescentes cujo fragmento de caso clínico encontra-se no primeiro capítulo. Quando ele iniciou o cumprimento da medida, já havia sofrido uma tentativa de homicídio. Sua sobrevivência, segundo o relato de sua mãe, foi um milagre de Deus. O ocorrido deixou Natal ainda mais em situação de risco, por ter ocasionado a morte de um vizinho que estava junto dele. Natal buscava tomar algumas medidas para zelar pela própria segurança, como sair somente à noite na companhia de seu pai. Tais medidas, porém, eram insuficientes para protegê-lo. “Apesar da relativa consciência do perigo que corre, o indivíduo prefere manter sua posição. Por que o risco é deliberadamente buscado pelos autores que, ao contrário, a teoria pretenderia que estivessem preocupados com a própria segurança?” (Le Breton, 2009, p. 24).

Não há apenas uma vertente objetiva inerente às exposições ao risco, como vimos, o que torna mais desafiadora a proposição de formas de proteção, ainda mais quando elas não consideram as singularidades daqueles que estão vivenciando diretamente a situação de risco. Voltemos a uma das hipóteses defendidas nesta pesquisa: ao dar lugar à palavra do sujeito, o psicanalista favorece o estabelecimento da transferência, que pode levá-lo à implicação subjetiva. Por vezes, o sujeito se desloca da posição daquele que é perseguido para a de alguém que escolhe colocar a própria vida em risco. Acreditamos que esse processo de implicação subjetiva é fundamental para a construção de possibilidades de proteção ao adolescente.

Adolescentes como Natal, que não podem circular com liberdade nem mesmo no local aonde moram, vivenciam um contexto de violação de direitos, que, como tal, envolve vários riscos: “Crianças e adolescentes ameaçados de morte já estão com seus direitos violados, pois o medo de perder a vida os(as) impede de usufruir de seu território com tranquilidade e segurança” (Jakob, Xavier & Araújo, 2017, p. 47).

Mesmo diante do risco e da restrição na circulação, Natal demonstrava resistência em mudar de residência e sair do território em que fora criado desde pequeno, chegando a

se irritar quando isso lhe era proposto pela psicóloga da medida. Alguns autores registraram em seus trabalhos essa dificuldade referente à mudança do local de moradia:

Em razão da decisão pela vida, o rompimento com o local de origem não é sem consequências para o adolescente e sua família. Essa saída, muitas vezes de forma abrupta, exige que os sujeitos renunciem aos vínculos e referenciais que constituem sua relação com o território, lançando-os em direção a um futuro incerto (Salatiel, França, Resende, & Guimarães, 2017, p. 1133).

Tal mudança é de relevante complexidade, considerando os vínculos comunitários estabelecidos pelo sujeito desde a mais tenra infância. Assim, podemos compreender que sair da sua região de moradia, mesmo que seu pai tivesse condições financeiras para fazê-lo, não era uma questão simples para Natal. Le Breton (2009) salientou a importância da comunidade social, quando afirmou que “as maneiras de viver, de sentir ou de pensar são estreitamente solidárias, compõem uma rede de sentidos e de valores difícil de desagregar” (p. 21). Às vezes, sair da região em que mora, onde foi construída toda a sua história de vida pode ser, igualmente, vivenciado como um ato de violência.

Não obstante, mudar de região e alterar a rotina da vida são ações que podem integrar a estratégia de segurança específica para cada caso. Tal especificidade é contemplada na metodologia do PPCAAM:

O Programa investiu na busca pela elaboração de um conceito de proteção que afirma que o trabalho de desenvolvimento de estratégias de segurança com pessoas protegidas deve considerar necessariamente os aspectos gerais, comuns de suas trajetórias de vida e, ao mesmo tempo, deve se debruçar sobre as singularidades de suas histórias (Jakob, Xavier, & Araújo, 2017, p. 49).

Natal falava sobre as ameaças que sofria, mas pouco construía a respeito do tema. Ele traçava planos para a sua vida e buscava meio de realizá-los, como, por exemplo, tirar a carteira de habilitação, trabalhar, namorar, etc. Apesar dessas tentativas de se enlaçar à vida, ele foi morto bem perto de sua casa, quase um ano depois de ter sofrido uma tentativa de homicídio. Todavia, aqui se faz necessário salientar que foi apresentado a Natal o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, o que ele prontamente recusou.

Para compreender a vinculação dos adolescentes ao Programa, é importante apresentá-lo. O PPCAAM foi criado em 2003 e regulamentado pelo decreto 6.231¹⁴, em 2007. “Inicialmente, o Programa foi executado como projeto piloto em Minas Gerais, sendo, posteriormente, expandido para outras Unidades da Federação” (Salatiel, França, Resende, & Guimarães, 2017, p. 1126). Em 2017, era executado em 17 estados (AL, BA, CE, DF, ES, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RS, SP).

¹⁴ Esse decreto foi revogado pelo decreto nº 9.579 de 22 de novembro de 2018.

A Lei 15.473, de 28 de janeiro de 2005, que autorizou a criação do PPCAAM em MG apresentava como objetivo do Programa a “proteção especial de crianças e adolescentes ameaçados de morte ou em risco de serem vítimas de homicídio, em virtude de envolvimento em ato infracional ou por serem testemunhas de crimes ou de atos delituosos” (Lei 15.473, 2005). A proteção preconizada pelo Programa, nesse momento, estava relacionada à prática de um ato infracional ou ao testemunho de um crime. Essa relação pode ser explicada a partir da constatação apresentada por Jimenez & Frasseto (2015):

O estranhamento se desdobra ante a constatação de que o perfil socioeconômico e demográfico deste grupo¹⁵ converge com aquele que vem sendo dizimado pelo homicídio: são jovens, pobres, pardos/negros, de baixa escolaridade, vivendo nas franjas das grandes metrópoles (p. 405).

Os autores discorrem especificamente acerca dos adolescentes em cumprimento de medida de meio aberto, Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade, enfatizando, contudo, que o número de adolescentes autores de um ato infracional não é expressivo. De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2004, apenas 0,2% dos adolescentes no Brasil estavam no sistema socioeducativo. Normalmente, a medida de meio aberto é dirigida àqueles que cometeram um ato com menor potencial ofensivo, e não acarreta no encaminhamento do adolescente para uma medida restritiva ou privativa de liberdade. Todavia, segundo os mesmos autores, quando esses adolescentes “passam para o lugar de vítimas da violência, se tornam vítimas fatais e em número alarmante” (Jimenez e Frasseto, 2015, p. 405). Vemos, então, que não é na mesma proporção que os adolescentes são autores e vítimas de violência.

Neste momento, torna-se importante esclarecer que o adolescente autor de um ato infracional experimenta inúmeras situações de violação de direitos, antes, durante e depois do ato infracional cometido. Assim, é fundamental a vinculação das medidas protetivas à medida socioeducativa, visto que não podemos simplificar a questão, alegando que apenas o adolescente está em conflito com a lei.

Pensar nos adolescentes em conflito com a lei que se encontram em “liberdade” como aqueles que potencialmente estão expostos à morte violenta leva-nos a questionar se não existiria aí uma inversão, ou seja, a lei, e, principalmente a lei que garante o direito à vida é que estaria em conflito com o adolescente (Jimenez e Frasseto, 2015, p. 412).

A perspectiva de proteção do PPCAAM foi ampliada em 2007 com o Decreto nº 6231. A partir de então, a proteção passa a destinar-se a crianças e adolescentes expostos a grave ameaça no território nacional. Além da ameaça de morte iminente endereçada a crianças e

¹⁵ Grupo que representa os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

adolescentes, é condição para a inclusão no Programa a voluntariedade, tanto desses sujeitos ameaçados como de seus responsáveis legais:

Constatada a ameaça de morte e aceita a proposta de proteção, o trabalho do Programa consiste na retirada imediata desses sujeitos do local onde se deu a ameaça e no encaminhamento dos mesmos para local seguro, tão distante do primeiro quanto seja necessário (Salatiel, França, Resende, & Guimarães, 2017, p. 1126).

Alguns dados são importantes para compreendermos a relação dos sujeitos ameaçados com a ameaça de morte e com o PPCAAM. Segundo Salatiel, França, Resende & Guimarães (2017), de 2006 a 2016 o Programa atendeu 5.746 solicitações para inclusão, no entanto, apenas 1.150 foram incluídas, o que corresponde a 20%. Os autores realizaram um levantamento dos motivos da não inclusão, apresentando-os numa tabela que foi publicada em 2017:

Tabela 1. Motivos de não inclusão (Janeiro/2006 a junho/2016).

Motivos	Percentual
Ameaça não configurada	31,1%
Recusa (não voluntariedade)	39,2%
Medida Socioeducativa	6,0%
Família encontrou alternativa	10,4%
Não comparecimento	4,0%
Óbito	0,2%
Outros	9,1%

Fonte: Elaborada pelos autores (2016, p. 1128)

O maior percentual na tabela acima diz respeito à recusa do adolescente em se incluir no Programa, representando 39,2% dos adolescentes ameaçados de morte. Segundo Jakob, Xavier, & Araújo (2017), a recusa é justificada pela não aceitação da ruptura de vínculos imposta pela mudança do local de moradia e também pela banalização do risco à vida. Esse indicador nos mostra o alto índice de resistência dos adolescentes em mudar de local de moradia, assim como vimos no posicionamento de Natal. Diante disso, torna-se um desafio implicar o adolescente na proteção da própria vida.

Outro indicador que é importante destacar é o da não inclusão ao Programa em função do cumprimento de medidas socioeducativas, 6,0%. Esse caso refere-se às medidas privativas de liberdade, “tendo em vista o entendimento de que ele/a já se encontra protegido/a pelo Estado” (Salatiel, França, Resende, & Guimarães, 2017, p. 1128).

Podemos ver que há uma diferença na possibilidade de proteção proposta pelo PPCAAM, quando se trata de adolescentes em cumprimento de medida privativa de liberdade, em relação a outros casos. Como esta pesquisa tem como campo as medidas em

meio aberto, os adolescentes parecem se encontrar mais desprotegidos do ponto de vista de uma proteção estatal, justificando as intervenções do Programa.

Segundo Jakob, Xavier & Araújo (2017), a solicitação para a inclusão no Programa deve ser feita após o conhecimento de um possível caso de ameaça de morte, mas, também, mediante a impossibilidade de adoção de outras medidas de proteção, como o acionamento de uma rede de retaguarda que viabilize os meios tradicionais de proteção, por exemplo, no caso de o adolescente residir em localidade diferente da que está ameaçado.

Apresentamos alguns aspectos da complexa situação envolvendo adolescentes ameaçados de morte e os desafios para a construção de alternativas para sua proteção, com a finalidade de refletirmos sobre as possibilidades e os limites de trabalho nessa clínica da urgência, envolvendo o risco de morte iminente. Como contribuição para esta reflexão, resgatamos o que foi publicado em um dos boletins que antecedeu a XXII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise, que abordou a temática “O inconsciente e o mestre contemporâneo: o que pode a transferência?”

Podemos citar, como exemplo, os atos terroristas, assim como muitos atos racistas, os assassinatos imotivados, a violência do tráfico de drogas, etc Embora de naturezas distintas, cada uma dessas situações apresenta a tirania de um gozo que, por atentar contra a vida humana, é inaceitável (Eixo III: A pulsão fora da transferência e a causa triunfante, 2018, para. 14).

Há um posicionamento político colocado quando se trata do tema do referido trabalho. É inaceitável ser indiferente ao genocídio da juventude em nosso país. Todavia, isso não nos autoriza a abrir mão da ética da psicanálise, que nos convida a escutar e a intervir a partir da singularidade de cada caso. Nesse sentido, consideramos a importância do estabelecimento de um vínculo transferencial do adolescente com o profissional que o acompanha, principalmente nos casos em que se visa à construção de formas de proteção, como definido no Guia do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Destacamos, em sua segunda versão, a importância da equipe técnica nesse processo:

Além disso, a ação da equipe técnica também é central no processo de proteção. Diante da nova realidade, a presença dos técnicos se constitui em uma referência importante para os(as) protegidos(as), de modo que o estabelecimento de vínculos de confiança entre técnicos e protegidos(as) é condição fundamental para o processo protetivo (Jakob, Xavier & Araújo, 2017, p. 94).

Após as discussões aqui realizadas, voltaremos aos fragmentos dos casos clínicos do primeiro capítulo para refletirmos sobre como cada sujeito respondeu à situação de

ameaça de morte vivenciada. Como já discorremos acima sobre Natal, verificaremos agora acerca de Márcio e Vitório.

Márcio, o primeiro caso apresentado, esteve às voltas com a questão da ameaça de morte desde o início de sua medida, mas, primeiramente, a partir da figura de um seu primo, que estava ameaçado de morte e não valorizou o seu conselho, tendo sido morto ao ir ao encontro do risco. Essa morte deixou Márcio muito triste. Pouco tempo depois, devido a um desentendimento entre torcidas de time de futebol, tentaram matar Márcio e seu irmão. Ele relatou a situação no espaço de cumprimento de medida, enfatizando que estava decidido a, naquele mesmo dia do atendimento, ir armado para matar as pessoas que tentaram contra sua vida.

O que podemos dizer dessa situação de Márcio? Quando ele se viu diante de uma ameaça de morte, planejou ir ao encontro do risco de morte. De qualquer maneira, como vimos, teoricamente a intenção demonstrada por Márcio parece não ter consistido em buscar a própria morte, mas em viver mais. Como se nota, é paradoxal esse posicionamento, isto é, o de buscar a vida verdadeira no terreno habitado pela morte.

Todavia, precisamos considerar a presença da pulsão de morte e a sua força na dinâmica pulsional. Assim como é importante pontuarmos que o real da morte e de uma morte violenta já havia se apresentado a Márcio na morte do primo, pelo menos, pois não é raro conversarmos com adolescentes moradores de bairros com um alto índice de criminalidade que já tiveram colegas ou familiares assassinados. Segundo Kehl (2008), o real domina a vida na periferia em suas faces extremas: a droga e seu gozo mortífero, a violência do outro com quem, muitas vezes, é impossível qualquer diálogo e, acima de tudo, a morte.

Voltando a nossa hipótese: ao dar lugar à palavra do sujeito, o psicanalista favorece o estabelecimento da transferência, que pode levá-lo à implicação subjetiva. Por vezes, o sujeito se desloca da posição daquele que é perseguido para a de alguém que escolhe colocar a própria vida em risco. Percebemos que poder falar, mesmo no contexto da medida socioeducativa, sobre o real da morte, tão próximo a Márcio, trouxe consequências para ele que, ao falar sobre a sua intenção e se dispor a escutar a psicóloga, permitiu adiar o ato pretendido.

Em relação ao terceiro caso apresentado, desde a primeira vez em que Vitório iniciou o cumprimento de medida, falou sobre a ameaça de morte sofrida, o que o levou a mudar de domicílio. Todavia, no seu caso, mesmo essa atitude não o manteve distante por muito tempo da situação de risco, pois ele encontrou com seus antigos rivais em seu novo

bairro, reativando o perigo. Sobre esse fato, ele alegou que não pôde falar com a primeira psicóloga que o acompanhou na medida, pois ela fazia anotações e preenchia os formulários, mas não o escutava. Esse ponto remete à questão apresentada no início do capítulo: por que alguns falam da ameaça para o profissional da medida e outros não? O modo como o profissional da medida se coloca diante do adolescente, como já abordado, faz toda a diferença no trabalho, possibilitando o estabelecimento de um laço transferencial. Este ponto será trabalhado no próximo capítulo.

Além de ter falado sobre o que contribuiu para o não cumprimento da medida na primeira vez, Vitório descreveu os cuidados que procurava ter para se manter vivo. Num primeiro momento, eram cuidados que consistiam em se afastar do risco e manter-se em segurança. No entanto, ainda no decorrer da medida, Vitório se apresentou armado, alegando ser preciso fazer isso para se proteger, o que foi imediatamente pontuado pela psicóloga como uma arriscada forma de proteção.

Nesse caso, vemos que Vitório deu significativos passos para a sua proteção. Contudo, algo vacilou. Diferentemente de Márcio, não se tratava de ir atrás dos ameaçadores, mas de estar armado, como se pudesse estar “preparado” para o confronto, caso os inimigos se aproximassem demais. Vemos que Vitório, assim como Márcio, pôde se deslocar da posição daquele que é perseguido para a de alguém que escolhe colocar a própria vida em risco e dar mais um passo a partir daí. Com os atendimentos realizados no acompanhamento de Vitório na medida socioeducativa, ele concluiu que estar armado não era garantia de proteção, para tanto citando o caso de um amigo que morreu portando uma arma potente na cintura.

Quando questões como essas se apresentam no cumprimento de uma medida socioeducativa, ainda que com toda a complexidade que trazem, precisam ser acolhidas, pois, conforme acreditamos, a medida pode ser uma oportunidade para os adolescentes, sendo que, para alguns, pode inclusive representar a última oportunidade de construir algo para refrear o excedente pulsional.

Na relação do adolescente com o risco de morte, é preciso considerar o que o levou a essa situação, que sentido ele confere ao risco e como ele se posiciona diante dele. Nos casos relatados, foi possível perceber que o tratamento pela palavra conferiu certo sentido ao gozo mortífero, abrindo a via para o desejo de viver. Discutiremos, no próximo capítulo, as possibilidades e os desafios do estabelecimento de um laço transferencial com adolescentes ameaçados de morte e em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

4 A TRANSFERÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA: CONQUISTANDO O DIREITO DE SER ESCUTADO

Este capítulo apresenta uma reflexão teórica sobre o processo de transferência nos atendimentos psicanalíticos realizados com adolescentes ameaçados de morte em cumprimento de medida socioeducativa. Pretende-se apontar e analisar os impasses para o estabelecimento da transferência nesse contexto, além de salientar os seus efeitos subjetivos. Tais adolescentes geralmente encontram-se em situação de exclusão social e de violência e seus atos clamam por uma escuta que os subjetive. Sustentar a escuta clínica e sua ética em um contexto institucional ligado à Justiça nos leva a rever constantemente os dispositivos clínico-políticos com adolescentes na interface com o discurso jurídico (Rosa, 2015).

Consideramos que o inconsciente, assim como a transferência, não estão restritos à situação de análise. O inconsciente se manifesta em todo enunciado, e a escuta clínica, em diferentes espaços institucionais, pode promover mudanças subjetivas. Assim, analisaremos a importância da transferência nos atendimentos a esses sujeitos.

Para dar início a essa discussão, faremos uma reflexão teórica sobre a transferência, tendo como principais referências alguns textos de Freud e de Lacan, além de outros autores orientados pela psicanálise. Em seguida, será feita uma discussão sobre a transferência na contemporaneidade e os seus desafios no contexto institucional, em especial, o socioeducativo. A vivência constante com a violência e com a morte não ocorre sem efeitos para os adolescentes. Como aspectos comuns a todos os casos relatados, salientamos o modo evasivo de se posicionarem, certo silenciamento de sua história e a desconfiança do Outro.

Para analisarmos os impasses e os efeitos do estabelecimento da transferência nesse contexto, somos orientados pela escuta psicanalítica da experiência singular de cada adolescente. Assim, a discussão teórica será articulada aos casos clínicos apresentados no primeiro capítulo, na tentativa de produzir uma escrita viva, pulsante e mais próxima do real da clínica.

4.1 Conceituando a transferência

4.1.1 Conceituação da transferência em Freud

Para introduzir o conceito de transferência em Freud, selecionamos os seguintes textos: "Estudos sobre a Histeria" (1895/1974), "A Interpretação dos Sonhos" (1900/1974), "Fragmento da Análise de um Caso de Histeria" (1905/1974), "A Dinâmica da Transferência"

(1912/1974), "Observações Sobre o Amor Transferencial" (1915/1974) e "Conferências Introdutórias sobre Psicanálise" (1915-1916/1974). Não pretendemos abarcar toda a temática da obra freudiana e não seguiremos uma ordem cronológica dos textos publicados, mas salientaremos alguns aspectos da transferência, conceito fundamental da psicanálise, tendo Miller como um interlocutor nesse percurso.

Já de início, evidenciamos o posicionamento ético de Freud de não recuar diante dos desafios que a clínica apresenta. Atento à subjetividade de sua época, a escuta clínica o guia em sua elaboração teórica: "Algo distingue Freud de todos os analistas que vieram depois dele: não repetia uma teoria, elaborava-a de forma autêntica a partir do próprio discurso de seus pacientes" (Miller, 1998a, p. 79). Da mesma forma, é a clínica que guiou a presente investigação, sendo esta motivada pelas inquietações da pesquisadora no trabalho com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Na elaboração teórica de Freud destacam-se os seguintes aspectos da transferência: a repetição, a resistência e a sugestão. Esses três aspectos que se produzem na experiência analítica foram destacados por Miller em seu texto "A transferência de Freud a Lacan" (1998a), um dos textos que norteará o nosso percurso teórico.

Na perspectiva da repetição, "a transferência tem seu valor porque permite ver o funcionamento de um mecanismo inconsciente na própria atualidade da sessão" (Miller, 1998a, p. 85). Repete-se no contexto atual algo que foi vivenciado anteriormente. Contudo, ocorre uma transferência de sentido, um deslocamento, que é possível perceber na formação dos sonhos, do lapso e do chiste. Nos sonhos, por exemplo, há certa apropriação dos restos diurnos, ou seja, das lembranças do dia anterior, porém, esses encontram-se organizados de uma forma diferente, numa nova roupagem. "O desejo se mascara e se aferra a significantes esvaziados, enquanto tais, de significação" (Miller, 1998a, p. 81). Mesmo inconsciente, o desejo se exprime a partir de uma representação, sendo assim, está atrelado a uma forma que funciona separadamente de sua primeira significação. "Nesse sentido, a transferência, a primeira transferência freudiana, é o processo geral das formações do inconsciente" (Miller, 1998a, p.81).

No decorrer do processo de análise, algumas mudanças podem advir se o sintoma adquire uma nova significação e, a partir da transferência, ele passa a ser endereçado ao analista no lugar do Outro. No entanto, mesmo sendo dirigido a alguém, uma parte dele é detida em algum lugar, pois há sempre algo da ordem do impossível a ser decifrado. Quanto a esse endereçamento para o analista, Freud (1915-1916/1974) destaca que o amor transferencial é uma neurose provocada pela situação analítica: "não é incorreto dizer que já

não mais nos ocupamos da doença anterior do paciente, e sim de uma neurose recentemente criada e transformada que assumiu o lugar da anterior” (Freud, 1915-1916/1974, p. 135).

A partir de então, Freud passa a salientar a transferência não como uma simples repetição do passado, mas como algo que surge na situação analítica e orienta o próprio processo sintomático. Em suas palavras, “todos os sintomas do paciente abandonam seu significado original e assumem um novo sentido que se refere à transferência; ou apenas tais sintomas persistem, por serem capazes de sofrer essa transformação” (Freud, 1915-1916/1974, p. 135).

Quando o desejo se liga ao analista, tem-se propriamente a transferência em sentido psicanalítico. “Assim, a transferência freudiana é o momento em que o desejo do paciente se apodera do terapeuta, em que o psicanalista – não sua pessoa – imanta as cargas liberadas pelo recalque” (Miller, 1998a, p. 82). Freud destaca que “a transferência para o médico se dá por meio de uma falsa ligação” (Freud, 1895/1974, p. 215). Essa falsa ligação ocorreria porque não estaria relacionada à pessoa do analista/médico e nem ao contexto da análise, mas sim a algo externo que incidiria sobre a relação entre o analista e o analisando. Para Miller, “a transferência aparece, assim, como uma ilusão, precisamente imaginária, como algo que não é racional, como um fenômeno aberrante” (Miller, 1998a, p. 86).

Freud destaca o segundo aspecto da transferência, a sua vertente de resistência, demonstrando que ela funciona como um obstáculo ao tratamento. Em suas palavras, “a transferência, no tratamento analítico, invariavelmente nos aparece, desde o início, como a arma mais forte da resistência” (Freud, 1912/1974, p. 63). O autor demarca que, como resistência, manifesta-se a transferência negativa de sentimentos hostis e a positiva, por meio de impulsos eróticos recalcados, fazendo com que o inconsciente, que a princípio estava aberto à intervenção do psicanalista, se feche. A transferência surge, portanto, como algo que poderia comprometer o tratamento analítico, na medida em que ela impediria a associação livre do paciente, dificultando o deciframento do sintoma.

Inicialmente, Freud buscava a superação dessa resistência oferecendo ao paciente o esclarecimento teórico sobre a transferência. Encontramos um registro de Freud (1900/1974) em que ele explica para uma de suas pacientes que “as primeiras lembranças da infância não se conseguiam mais como tais, mas eram substituídas, na análise, por transferências e sonhos” (Freud, 1900/1974, p.129). Trata-se, nessa perspectiva, da transferência de uma relação emocional construída na infância para um novo objeto.

Em 1905, Freud formalizou a transferência não somente como um obstáculo, mas igualmente como um instrumento fundamental para o tratamento, enfatizando que esclarecê-la

para o paciente compõe o manejo por parte do analista. Segundo o autor, “a transferência, destinada a constituir o maior obstáculo à psicanálise, converte-se em sua mais poderosa aliada quando se consegue detectá-la a cada surgimento e traduzi-la para o paciente” (Freud, 1905/1974, p. 73). Nesse sentido, Miller (1998a) aponta a profunda ambiguidade presente na transferência: “A análise se faz, em certo sentido, graças à transferência e, em outro sentido, apesar da transferência” (Miller, 1998a, p. 86).

Em 1912, Freud mantém a concepção da transferência como resistência, marcando que ela pode ser modificada, abrindo outras “comportas” do inconsciente, a saber, graças à interpretação do analista. Essa concepção de transferência pode ser associada à ideia de uma “chave” que, de acordo com o seu manejo, possibilitaria o acesso ao inconsciente e o trabalho da análise. Como vimos, o manejo por parte do analista consistiria no esclarecimento teórico dado ao paciente, como é possível perceber neste texto. Consequentemente, “assim que a explicação é fornecida, a interrupção é removida ou a situação se altera” (Freud, 1912/1974, p. 61).

Em 1915, Freud ressaltou a presença da transferência desde o início do tratamento, sendo esta a condição para a análise:

Devo começar por esclarecer que uma transferência está presente no paciente desde o começo do tratamento e, por algum tempo, é o mais poderoso móvel de seu progresso. Dela não vemos indício algum, e com ela não temos por que nos preocupar enquanto age a favor do trabalho conjunto da análise. Se, porém, se transforma em resistência, devemos voltar-lhe nossa atenção e reconhecermos que ela modifica sua relação para com o tratamento (Freud, 1915-1916/1974, p. 134).

Freud ressaltou a dimensão amorosa da transferência, que contribui para o processo analítico, mas acrescenta que o analista deve ficar atento à sua vertente de resistência, avaliando como ela incide sobre a relação do paciente com o tratamento.

Com o estabelecimento da transferência, o “poder” da sugestão, terceiro aspecto da transferência, passa, portanto, para o analista, que é incluído na cena, o que lhe confere a autoridade para intervir. O paciente torna-se, então, suscetível à influência do analista:

Na medida em que sua transferência leva um sinal ‘mais’, ela reveste seu médico de autoridade e se transforma em crença nas suas comunicações e explicações. Na ausência de tal transferência, ou se a transferência fosse negativa, o paciente jamais daria sequer ouvidos ao médico e a seus argumentos (Freud, 1915-1916/1974, p. 136).

Como constatado, a transferência confere ao analista um lugar de poder, e, portanto, a sua palavra passa a ter importante efeito sobre o sujeito. “O próprio fato de consentir em ouvir

já é uma perda do livre-arbítrio, já os coloca à mercê da voz que, no sentido de Lacan, é um objeto, um objeto de catexia” (Miller, 1998a, p. 93).

É por reconhecer esse poder investido na figura do analista, proporcionado pela transferência, que Freud (1915-1916/1974) destacou a necessidade de o analista abster-se de usá-lo para oferecer qualquer sugestão ao paciente. Podemos dizer que se a psicanálise visa algum bem, será na perspectiva do bem dizer. “Não se deve esquecer jamais que o analista não é o guardião da ordem social, que cabe a ele apenas fazer um eventual reparo a uma falha simbólica ou reordenar a defesa” (Mandil, 2018, p. 26). Trata-se de uma importante consideração para a prática no campo das medidas socioeducativas, na medida em que a instituição ocupa, no imaginário social, o lugar de “corretora dos desviantes” e, portanto, de “guardiã” da ordem social.

Nos casos apresentados no primeiro capítulo desta dissertação, podemos observar que Márcio e Vitório estavam atentos às intervenções realizadas pela psicóloga¹⁶ enquanto cumpriram a medida socioeducativa, buscando, por vezes, orientações sobre o que fazer. A psicóloga evitava responder desse lugar, buscando intervir a partir da própria fala do adolescente. Márcio, depois de falar sobre a tentativa de homicídio que sofrera e afirmar que iria revidar, quis escutar o que a psicóloga teria a dizer: “Fala que eu quero te ouvir”. A intervenção realizada não foi da ordem de uma sugestão, mas operou como uma barra ao gozo mortífero, apontando, na própria fala do adolescente, o que o ligava à vida. Essa intervenção teve como efeito o adiamento do ato pretendido.

Por sua vez, Vitório falava dos efeitos “das conversas” com a psicóloga, dizendo que elas o ajudavam a pensar, a se acalmar, e até mesmo a conseguir dormir sem o uso de alguma medicação. Os atendimentos, segundo ele, o “seguravam” diante da possibilidade de uma reincidência na prática de atos ilícitos. Ao enfatizar o tratamento pela palavra, ao invés do ato, Vitório nos mostra a importância da oferta da escuta nas instituições socioeducativas.

No caso de Natal, a escuta analítica não produziu o mesmo efeito. Na condução do caso, nessa clínica em que a morte estava anunciada, foi salientada a importância de Natal mudar de domicílio. Tal intervenção foi feita pela psicóloga considerando o risco de morte iminente que ele relatava nos atendimentos, ou seja, a partir do que ele falava. Ele demonstrou resistência e incômodo, mas chegou a refletir sobre essa possibilidade. Além do mais, as medidas tomadas por ele e por sua família indicavam uma fragilidade em resguardar

¹⁶ Salienta-se que a psicóloga referida nos casos clínicos é a pesquisadora, autora do presente trabalho.

a própria segurança. Contudo, não foi possível essa mudança que poderia oportunizar outro desfecho.

Para além das dificuldades materiais de mudança de casa e de bairro, existem as dificuldades simbólicas de se separar de um contexto social em que se está inserido, mesmo que este contexto inclua a violência e o risco constante de morte. Existe também a dimensão do gozo mortífero que pode prevalecer sobre o desejo de viver. Na direção desses tratamentos, não se trata de enfatizar a posição de vítima, mas, ao contrário, a de resgatar a dimensão de escolha do sujeito em sua trajetória de vida, para que ele possa retomar sua posição subjetiva. Para Rosa (2015), em algumas situações marcadas pela forte potência do traumático, a clínica possível é a que permite estabelecer um semblante, a recomposição de uma sustentação fantasmática com um mínimo de consistência para abrandar o real. Essa recomposição parece não ter sido possível no caso de Natal.

Freud (1915/1974) apontou o caminho que o analista deve seguir diante do endereçamento de amor feito a ele por parte do paciente: “Ele tem de tomar cuidado para não se afastar do amor transferencial, repeli-lo ou torná-lo desagradável para a paciente; mas deve, de modo igualmente resolutivo, recusar-lhe qualquer retribuição” (Freud, 1915/1974, p. 104). O autor enfatiza o último ponto, destacando que o analista não pode ceder a esse endereçamento amoroso, devendo prezar pela oportunidade de ajudar sua paciente a passar por um momento decisivo de sua vida. Trata-se de um delicado manejo da transferência, em sua vertente amorosa, que requer o posicionamento ético do analista, assim como a clareza do próprio desejo.

Ao abordar o trabalho do analista, Freud observa que “dominar essa neurose nova, artificial, equivale a eliminar a doença inicialmente trazida ao tratamento - equivale a realizar nossa tarefa terapêutica” (Freud, 1915-1916/1974, p. 135). Ainda segundo o autor, o trabalho do analista também consiste em tratar a transferência estabelecida. “Ao final de um tratamento analítico, a transferência deve estar, ela mesma, totalmente resolvida” (Freud, 1915-1916/1974, p. 141).

Após o término do cumprimento da medida socioeducativa, Vitório demandou continuar os atendimentos com a psicóloga da medida. Ele desvinculou o atendimento clínico da instituição socioeducativa, demarcando ainda mais o estabelecimento da transferência com a psicóloga.

Entretanto, essa demanda de Vitório não foi acolhida em um primeiro momento, sendo este convidado a estabelecer novos laços e optando-se, assim, por encaminhá-lo para ser atendido em outros pontos da rede de serviços: 1) atendimento psicológico na rede pública de

saúde; 2) considerando sua situação de vulnerabilidade socioeconômica, para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e para locais visando a sua inserção no mercado de trabalho; 3) considerando a necessidade de continuar trabalhando algumas questões relativas às marcas e ao preconceito consequentes da vivência de uma trajetória de atos infracionais, para uma conversa com os profissionais do Programa de Inclusão Social ao Egresso do Sistema Prisional – PRESP¹⁷. Dessas ofertas, Vitório buscou o CRAS e se inscreveu para a inserção no mercado de trabalho.

Contudo, ele insistiu em ser atendido pela psicóloga, que o acompanhou na medida, enfatizando que não gostaria de conversar com outra profissional. Após a conclusão do cumprimento da medida socioeducativa, Vitório telefonava e demandava conversar com a psicóloga. Considerando o alerta de Freud (1915-1916/1974) sobre o trabalho do psicanalista que consiste também em tratar a transferência estabelecida, a demanda de Vitório foi acolhida e ele começou a ser atendido no consultório, dando continuidade ao tratamento que teve início na medida socioeducativa.

Na próxima seção, apresentaremos as contribuições de Lacan para o conceito da transferência, além de outros autores que analisam o tema.

4.1.2 Contribuições de Lacan e de outros autores sobre a transferência

Após apresentarmos, em Freud, a concepção da transferência como resistência, repetição e sugestão, discorreremos sobre os pontos em que Lacan ratifica a teorização de Freud, assim como acrescenta a esta novidades conceituais.

Lacan (1960-1961/1992), em seu seminário, livro 8, salienta que no começo da experiência analítica está o amor e, assim como Freud, ressalta que não há uma relação entre esse amor transferencial e a pessoa do analista. Lacan acrescenta que no amor não se trata de simples resolução, mas “há, desde sempre, uma suspensão no problema do amor, uma discórdia interna” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 45). Essa discórdia refere-se à alegação de que o amor não é marcado somente por um encontro, mas por um desencontro. “Não há nenhuma coincidência entre o amante e o amado, pois o que falta a um não é o que existe escondido no outro” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 46). Vemos, então, que esse processo não ocorre espontaneamente e sem conflitos. Com efeito, “é aqui que vamos encontrar a ponta do que

¹⁷ Ressalta-se que mesmo Vitório não fazendo parte do público alvo do referido programa, após uma cuidadosa discussão com a equipe do PRESP, foi feito o encaminhamento.

constitui o impasse e o problema do amor, a saber, que o sujeito não pode satisfazer a demanda do Outro senão rebaixando-o – fazendo deste Outro o objeto de seu desejo” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 219).

Lacan (1960-1961/1992) estabelece alguns pontos para a definição da transferência: “é algo que põe em causa o amor, que o põe em causa muito profundamente” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 71). Nesse momento do ensino de Lacan é ressaltado que a transferência se apresentaria anterior ao amor, ou seja, é a transferência que coloca em causa o amor que passa a operar na experiência analítica. Miller (1998b) nos adverte quanto a um ponto importante referente a esse amor. “Se a transferência é amor, não se trata simplesmente de que o analisante ame o analista, mas sim de que deseja ser amado pelo analista, quer dizer, se apresenta e tende a se apresentar, de um modo ou de outro, como amável” (Miller, 1998b, p. 105). Podemos observar, então, que esse amor opera de uma maneira peculiar na experiência analítica, dando o tom ao trabalho.

Vemos uma bela ilustração que Lacan (1960-1961/1992) apresentou para demonstrar a experiência analítica:

Esta mão que se estende para o fruto, para a rosa, para a acha que se inflama de repente, seu gesto de pegar, de atrair, de atizar é estreitamente solidário à maturação do fruto, à beleza da flor, ao flamejar da acha. Mas quando, nesse momento . . . a mão foi longe o bastante em direção ao objeto e dele sai uma mão que se estende ao encontro da mão que é a de vocês, então, o que aí se produz é o amor (Lacan, 1960-1961/1992, p. 59).

Nessa metáfora, Lacan identifica também o movimento por parte do analista, que nos leva a questionar o que seria o desejo deste, podendo ser compreendido como essa mão que se estende, mas que não visaria ao estabelecimento de uma relação com o paciente. Lacan (1960-1961/1992) salienta que o desejo do analista está articulado ao seu lugar no discurso analítico, o que também a metáfora nos aponta como o lugar de objeto. Um pouco mais adiante discutiremos a respeito do discurso do analista, mas já se faz oportuno trazer uma conceituação sobre o seu desejo:

Isso é o que constitui o desejo do analista, desejo muito singular que Freud localizou em um momento da história, o desejo do analista de não se identificar com o Outro, de respeitar o que Freud, em sua linguagem, chama de a individualidade do paciente, não ser um ideal, um modelo, um educador, e sim deixar espaço para a emergência do desejo do paciente (Miller, 1998b, p. 124).

Percebemos que Lacan começa a esboçar um distanciamento conceitual em relação a Freud, sem, contudo, desconsiderar essa primeira conceituação. Lacan destaca que a

transferência amorosa implica supor no analista a presença do objeto “a” que ele nomeia, nesse momento, de “agalma”¹⁸. “Pelo simples fato de haver a transferência, estamos implicados na posição de ser aquele que contém o agalma” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 194).

Entretanto, para que isso ocorra, é preciso que o analista saiba do seu próprio desejo, o que se refere ao posicionamento ético do psicanalista. “É somente na medida em que, decerto, ele sabe o que é o desejo, mas não sabe o que esse sujeito, com quem embarcou na aventura analítica, deseja, que ele está em posição de ter em si, deste desejo, o objeto” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 195). Diante disso, Lacan estabelece a condição para o tratamento analítico: que o psicanalista tenha passado pelo processo analítico, e que, como resultado, se oriente pelo próprio desejo.

É importante relacionar o desejo do analista com o seu lugar na análise: “ocupar o lugar que é o seu, o qual se define como aquele que ele deve oferecer vago ao desejo do paciente para que se realize como desejo do Outro” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 109). O desejo do analista deixa espaço para que o desejo do paciente apareça, não se tratando, então, de mera sugestão ou do exercício de um “poder”, indiscriminadamente. A posição do desejo é necessária para uma posição exata da função da transferência. “O desejo mantém seu lugar à margem da demanda, num mais-além e num para alguém” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 210).

Como vimos, desejo e demanda não podem ser compreendidos como sinônimos. É preciso não atender de imediato à demanda do analisando, possibilitando que o seu desejo possa emergir. Nos casos clínicos descritos, a escuta analítica ocorre em um espaço institucional voltado para o cumprimento de uma medida socioeducativa. Esta especificidade da instituição socioeducativa torna bastante desafiador o trabalho do psicanalista, já que frequentemente a demanda de cumprimento da medida não é do adolescente, haja vista que é uma determinação judicial e o seu descumprimento, no caso de uma medida em meio aberto, acarreta consequências legais, como, por exemplo, o acautelamento do adolescente pelo período de até 90 dias. Uma das dificuldades para o estabelecimento da transferência ocorre quando não há uma demanda própria de atendimento:

Freud, quando fala do caso da jovem homossexual, imputa os problemas que encontrou nessa análise precisamente ao fato de que foi uma psicanálise impulsionada pela família, e não por vontade própria. A emergência do sujeito suposto saber supõe o respeito à regra analítica (Miller, 1998b, p. 117).

¹⁸ “O sentido brilhante, o sentido galante, pois este termo vem de gal, brilho no francês antigo. Em suma, de que se trata? Senão daquilo do qual nós, analistas, descobrimos a função sob o nome do objeto parcial” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 146).

Os adolescentes, em sua maioria, não iniciam o cumprimento de uma medida socioeducativa por vontade própria. Além do mais, numa instituição socioeducativa há diretrizes e eixos norteadores para se trabalhar a responsabilização do adolescente pelo ato infracional cometido. Considerando essas questões, como possibilitar o surgimento de uma demanda de atendimento nesse contexto marcado pelo dever jurídico? Como fazer da obrigação uma ocasião?

Algumas estratégias utilizadas na condução dos casos descritos nos auxiliarão a responder essas questões. Tais estratégias estão sustentadas pela ética da psicanálise, que visa ao desejo e à singularidade.

Na direção do tratamento, priorizamos a escuta clínica, ou seja, as questões que emergem das falas dos adolescentes, ao invés de engessarmos nossa prática atentando-nos sobremaneira para os protocolos do serviço de medidas socioeducativas. No caso de Márcio, o preenchimento do Plano Individual de Atendimento não foi priorizado em seu atendimento, considerando as questões trazidas por ele. No caso de Natal, não houve a urgência em encaminhá-lo para as atividades da medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), pelo contrário, considerando o risco iminente de morte, foi solicitada a substituição desta medida para uma de Liberdade Assistida. No caso de Vitória, não houve nenhuma urgência em encaminhá-lo para iniciar as atividades da medida de PSC, mas priorizou-se a escuta clínica. Salienta-se, ainda, que todos esses manejos por parte da psicóloga foram comunicados e justificados ao judiciário, zelando também pela responsabilidade profissional na execução de uma medida.

A condição comum aos três atendimentos foi a sustentação da escuta clínica. As exigências burocráticas assumem um lugar secundário, priorizando-se as questões trazidas pelos adolescentes. A aposta no sujeito, o respeito pelo seu sofrimento, a garantia do sigilo e um pouco mais de clareza por parte da psicóloga a respeito do próprio desejo favoreceram o enlace transferencial, indicando ao adolescente um lugar de sujeito no discurso e abrindo espaço para a construção de saídas singulares.

A transferência é o que sustenta a ação da fala. Vemos que nesse ponto Lacan (1960-1961/1992) retoma Freud no final de sua teorização acerca da transferência. Se por um lado Freud (1915-1916/1974) salienta que a transferência não é somente repetição do passado, mas uma criação que envolve o analista, incluindo-o na cena, por outro, Lacan (1960-1961/1992)

ênfatiza a atualização do passado, mas que se dá em ato, pois o sujeito fabrica alguma coisa, ou seja, algo é construído justamente para este Outro que está ali.

A transferência envolve o acolhimento do sujeito com a sua angústia, tomando-o como alguém capaz de produzir o próprio saber, mesmo no espaço de uma medida socioeducativa e diante do risco de morte iminente. Salienta-se, ainda, que a transferência não está restrita à situação da análise, já que o inconsciente está presente em todo enunciado e o discurso analítico pode operar fora do campo estritamente analítico. Lacan (1960-1961/1992) ênfatizou que a constituição do sujeito suposto saber era condição da análise, ao que Miller (1998b) complementa:

. . . se não há análise sem o sujeito suposto saber, a função do sujeito suposto saber pode ser ocupada por qualquer um, a partir do momento em que se estabelece a relação. Não é necessário que esse saber seja científico, basta que haja algo que tenha “estrutura de saber” (Miller, 1998b, p.119).

Para Lacan, “um paradoxo da função do analista é que é no próprio lugar em que somos supostos saber que somos convocados a ser, e a ser, nada mais, nada menos, que a presença real” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 264). O analista não responde do lugar do saber, ao contrário, seu posicionamento é a partir do não saber, possibilitando que o saber do analisando possa tecer e bordear algo do real. “O psicanalista não deve identificar-se com o sujeito suposto saber: o sujeito suposto saber é um efeito da estrutura da situação analítica, o qual é muito diferente de se identificar com essa posição” (Miller, 1998b, p. 103). Ainda nesse sentido, Lacan (1960-1961/1992) também nos adverte quanto ao lugar do analista: “somos interrogados como quem sabe, e mesmo como portadores de um segredo, de um segredo que somos supostos deter, mas que não é o segredo de todos, um segredo único” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 261).

Lacan ressalta que o desejo do analisando se coloca como desejo do Outro. O sujeito se endereça ao Outro buscando um saber sobre o seu sofrimento. “Ora, é à questão formulada ao Outro, quanto ao que ele pode nos dar e ao que tem para nos responder, que se liga o amor como tal” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 172). Isso é o que sustenta a lógica do sujeito suposto saber. Segundo Miller, “é por intermédio do relato verbalizado do paciente que se torna possível uma análise” (1998b, p.121).

O sujeito suposto saber é um ente, um pivô sobre o qual gira a transferência. “O sujeito suposto saber é, para nós, o eixo a partir do qual se articula tudo o que acontece com a transferência” (Lacan, 1967/2003b, p. 253). Lacan ênfatiza o suposto saber como condição para a entrada no jogo transferencial, como suporte fundamental da experiência analítica. “O

analista como o grande Outro, onde se constitui a significação. Evidentemente, a transferência tem nesse sentido um caráter ilusório, e é por isso que ela se presta a ficar reduzida apenas à sua dimensão imaginária” (Miller, 1998b, p. 104). Para além da dimensão imaginária, a estrutura de saber instaurada é relativa à submissão do sujeito à estrutura da linguagem. A suposição de saber no Outro é devido à falha estrutural de saber.

Ao elaborar a teoria dos discursos, Lacan retoma a noção de sujeito suposto saber, mas destacando que o saber suposto não está do lado do analista, e sim do analisando. O analista institui o analisando como sujeito suposto saber:

Eu insisti frequentemente nisto, que nós somos supostos saber não grandes coisas O analista diz àquele que está para começar – *Vamos lá, diga qualquer coisa, vai ser maravilhoso*. É ele que o analista institui como sujeito suposto saber (Lacan, 1969-1970/1992, p. 54).

Essa discussão será importante para analisarmos a contemporaneidade e os desafios da clínica com adolescentes autores de ato infracional que se encontram ameaçados de morte.

Na época atual, há um descrédito nas figuras que encarnam o Outro. Para Lacan (1970/2003), vivemos o declínio do ideal e a ascensão do "objeto *a*". Em suas palavras: “a ascensão ao zênite social do objeto que chamo pequeno *a*, pelo efeito de angústia provocado pelo esvaziamento com que nosso discurso o produz, por faltar à sua produção” (Lacan, 1970/2003, p. 414). Isso traz consequências e desafia o estabelecimento do laço social, como salientado por Guerra, Broide, Moreira, & Aranha (2015): “. . . na atualidade nos deparamos com pacientes que não supõem saber no outro, que nada têm a dizer sobre o seu sintoma, que mostram em atos que algo excede a possibilidade de representação” (p. 35).

Barros (2005) salienta que na clínica contemporânea, o saber suposto perdeu o seu lugar na construção de um sentido, e não devemos mais, no trabalho analítico, tentar buscá-lo, visando retornar a um tempo em que a transferência era estabelecida a partir do sujeito suposto saber. Há aqui um convite a não buscarmos um resgate do passado, sempre impossível, mas, situarmo-nos a partir dos desafios que encontramos na atualidade, avançando na clínica e na teoria.

Os desafios contemporâneos parecem exacerbados no contexto do cumprimento de medidas socioeducativas. A desconfiança no Outro parece constituir um novo modo de estabelecer o laço social. Guerra et al. (2015) ressaltam que os adolescentes autores de um ato infracional parecem anunciar uma nova forma de laço com o Outro, marcada pela desconfiança e suspeita, “Sujeito Suposto Suspeito”. Tal expressão foi cunhada pelas autoras a partir da observação e análise do cotidiano dos adolescentes que se encontram,

frequentemente, sob a suspeita do Outro social, o que pode levá-los a estabelecer uma relação de desconfiança com os atores institucionais com os quais se encontram.

Nos três casos, podemos observar que os adolescentes chegam ao serviço de medidas socioeducativas com a demanda de cumprir a medida e de obedecer à ordem judicial, e pouco falam de si. Todavia, a partir do encontro com uma psicóloga orientada pela psicanálise, é possível o estabelecimento do laço transferencial, e, com isso, o surgimento de uma demanda de atendimento.

Márcio fala sobre o roubo cometido a caminho do atendimento na medida, sobre a tentativa de homicídio que sofreu e salienta a sua intenção de revidar este ato. Rosa (2015) comenta que muitas vezes o adolescente não se reconhece no que faz. “Em vez da pergunta: ‘Quem sou?’ ou ‘O que querem de mim?’, há a resposta: ‘Faço, logo sou.’ - produzidos para provar a existência. O ato tem uma face de apelo ao Outro” (p. 22).

No entanto, é preciso que alguém escute o ato como um apelo. Márcio, a partir da oferta da escuta, fala sobre o ato e endereça à psicóloga uma questão sobre ele, buscando no Outro um saber. Natal, que no primeiro momento afirmou resolver sozinho as suas questões, pede ajuda à psicóloga quando é dispensado do trabalho. Vitório pede ajuda para viver. A psicóloga acolhe esse endereçamento, mas não responde do lugar do saber, demarcando, em suas intervenções, as falas dos próprios adolescentes que fazem furos no sentido, que apontam enigmas, modos de gozo, e que também sinalizam saídas possíveis. Há uma aposta no saber do adolescente, este sim, o “sujeito suposto saber”. A condução de cada caso só pode ser construída a partir da singularidade de cada adolescente.

Cabe ressaltar que em se tratando de uma medida socioeducativa em meio aberto, o adolescente continua inserido em sua rede familiar e comunitária, podendo, de acordo com a efetividade dos vínculos estabelecidos, contar com o auxílio deles diante dos embaraços que surgirem em suas vidas. Por outro lado, esse apoio externo pode dificultar o estabelecimento do laço transferencial e a formulação de um pedido de ajuda à psicóloga do serviço de medidas, haja vista que alguns adolescentes ameaçados de morte não falaram sobre essa ameaça em seus atendimentos, e acabaram morrendo enquanto estavam sendo acompanhados na medida.

Dando continuidade ao percurso acerca da transferência, Lacan (1960-1961/1992) salienta um ponto de virada na teoria de Freud, no ano de 1920, relacionado à mudança no alcance da interpretação, salientando que há uma opacidade do discurso e que nem tudo pode ser interpretado. Isso nos remete à perspectiva do engano do sujeito suposto saber, já que o saber do inconsciente só se oferece naquilo que do sujeito é engano, de acordo com Lacan

(1967/2003a). Nesse sentido, “o que é, então, interpretar a transferência? Nada além de preencher com um engodo o vazio desse ponto morto. Mas esse engodo é útil, pois, mesmo enganador, reativa o processo” (Lacan, 1951/1998, p. 225).

Lacan (1967/2003a) ressalta a teoria do engano como essencial ao sujeito da teoria, aquele a que chamamos sujeito suposto saber. “Uma teoria que inclua uma falta, a ser encontrada em todos os níveis, inscrevendo-se aqui como indeterminação, ali como certeza, e a formar o nó do ininterpretável” (Lacan, 1967/2003a, p. 338). Existe, pois, um limite do dizer, um gozo inabordável pela palavra. “. . . a transferência, por mais interpretada que seja, guarda em si mesma como que uma espécie de limite irreduzível” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 175).

Assim, diante dos desafios encontrados na clínica, a teoria psicanalítica é revisitada por Lacan, a partir da ênfase nesse novo aspecto que se refere ao nó ininterpretável. O ponto teórico de virada em Lacan foi a noção de objeto *a*.

Inicialmente, Lacan delineou o objeto *a* como imagem, a partir do registro imaginário. Depois deu a essa imagem consistência de corpo e definiu o objeto *a* como o que cai do corpo, “resto da operação do advento do sujeito no campo do Outro” (Lima, 2017, p. 142). O objeto *a*, então, é o resíduo, o produto do surgimento do sujeito pela ação do sistema significante.

Vemos que, nesse momento, “a elaboração da noção de objeto *a* está articulada à noção de incompletude do Outro, pois a função de resto do objeto *a* só pode ser pensável a partir do Outro incompleto, furado” (Lima, 2017, p. 142 e 143). O desejo é desejo de um desejo, ou seja, desejo daquilo que no Outro também é falta. Nessa vertente, a dimensão relacionada ao objeto *a*, então, é a da perda, que acarreta consequências:

É justamente por ser apreendido na dimensão da perda – alguma coisa é necessária para compensar, por assim dizer, aquilo que de início é número negativo - que esse não-sei-quê, que veio bater, ressoar nas paredes do sino, fez gozo, e gozo a repetir (Lacan, 1969-1970/1992, p.52).

Encontramos no seminário 17 de Lacan (1969-1970/1992), o avesso da psicanálise, a definição de gozo como o caminho para a morte, ou seja, uma repetição daquilo que se dirige contra a vida, como fica evidenciado nos casos dos adolescentes ameaçados de morte. No primeiro caso, vemos Márcio descrever a proximidade da morte, seja a do primo, ou a dele próprio, e diante disso, até então, não via alternativas a não ser ir, arriscadamente, enfrentar a morte. Natal, como sua mãe, acreditava que Deus o protegeria sem que ele precisasse se

cuidar de um modo mais efetivo, assim, insistia em tomar algumas atitudes insuficientes para a sua segurança, não se responsabilizando pelas suas escolhas.

Construir um saber sobre sua trajetória, nessa situação, implica a necessidade urgente de, antes de tudo, lidar com a ameaça que lhe bate à porta. Nessa situação, não se trata simplesmente de um reconhecimento subjetivo e social das consequências de seus atos, mas de posicionar-se diante de uma ameaça premente. Isso pode implicar ter que desfazer-se de alguns laços perigosos, mas também de laços libidinais que o ligam ao contexto da ameaça.

Vitório, por sua vez, reeditava a possibilidade da morte todos os dias, vivendo uma morte em vida. Não há como desconsiderarmos a implicação do sujeito nisso que, mesmo inconscientemente, lhe é tão singular. Segundo Lacan, (1966/1998) somos sempre responsáveis por nossa posição de sujeito.

O avanço na formulação acerca do objeto *a* na teoria lacaniana acarretou a ênfase em determinado aspecto da transferência, que é a consideração sobre o que há de real na posição do analista. O autor destaca, não mais o analista podendo ocupar o lugar da Suposição de Saber, mas sim como parceiro sintoma.

Colocando-se como um parceiro ao qual a fala pode ser dirigida, o analista suscita uma fala que, se, por um lado, implica um esforço para permanecer a mais próxima possível daquilo que se experimenta como gozo, por outro lado, convoca sempre e a cada vez à invenção de uma palavra agalmática capaz de atravessar o real do sintoma (Souto, 2018, para. 17).

Trata-se, então, de uma clínica que considera o gozo, todavia, fazendo um convite ao sujeito a construir um saber a partir do que ele traz; algo que possa contribuir para uma organização do próprio gozo. Enfim, não é somente colocar a escuta à disposição, mas a partir dela realizar intervenções que produzam efeitos subjetivos.

Outro importante aspecto da clínica contemporânea é que nos deparamos com sintomas que não querem dizer nada a ninguém e se apresentam como um modo de satisfação do qual não se quer abrir mão. “Sintomas . . . que são desprovidos de sentido e são comandados por um imperativo que ordena uma satisfação sem limites e que muitas vezes faz prevalecer a pulsão de morte em detrimento da vida” (Souto, 2018, para. 4). Segundo Barros (2005), podemos dizer que, nestes casos, o analista é convocado a lidar com o ponto de emergência do gozo mudo, ou seja, situações em que não há um endereçamento ao Outro.

Os adolescentes apresentados nesta dissertação chegaram para o cumprimento de uma medida socioeducativa estando ameaçados de morte, ou ficaram ameaçados no decorrer desse cumprimento. Que saída é possível diante do impossível que aí se apresenta? Que tipo de interpretação é possível no inconsciente mais ligado ao gozo? “Os casos que atendemos hoje

em dia nos colocam diante da questão de como conduzir um tratamento analítico no qual o inconsciente aparece menos em sua vertente de sentido e mais em sua vertente real e libidinal” (Souto, 2018, para. 5). Nesta clínica com adolescentes ameaçados de morte, o ato se faz presente de forma bastante contundente, fazendo com que o analista se depare com o limite da interpretação.

Todavia, Laurent (2007) nos aponta uma direção: “Entoces entramos en un labirinto: la ciencia es un proceso que no cesa y que otorga soluciones que son contradictorias. El psicoanálisis trata de buscar soluciones que apunten a la posibilidad de la vida” (p. 70). É a partir desse ponto que essa clínica nos chama a intervir.

Uma especificidade dos adolescentes de periferia, maior público das medidas socioeducativas, é que associado ao desamparo subjetivo vivenciado na adolescência, como abordado no capítulo anterior, há também um desamparo social e simbólico frente ao modo como o real se apresenta. Segundo Kehl (2008), o real domina a vida na periferia em suas faces extremas: a droga e seu gozo mortífero, a violência do outro com quem, muitas vezes, é impossível qualquer diálogo e, acima de tudo, a morte.

Pensar nas especificidades da transferência nesses casos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e que se encontram ameaçados de morte, aponta um duplo desafio: o estabelecimento desse laço transferencial num contexto em que há a imposição do poder, haja vista a determinação judicial para o cumprimento da medida; e promover a palavra nessa clínica marcada pelo gozo, que exige do analista algo mais do que manter a suposição de saber em funcionamento.

Na vertente do analista como parceiro sintoma, vemos a necessidade de acolher o real do sintoma, o gozo, e, na medida do possível, convidar o paciente a construir algo que possa intervir nesse gozo, ou seja, um saber a respeito deste. Está colocado um novo desafio para o analista que, em consonância com os desafios de sua época, é convidado a posicionar-se de uma nova maneira. Como consequência, “O analista multiuso pode ser o lugar de alojamento e recolhimento de um modo de gozar ao qual se pode simplesmente testemunhar, sem recorrer ao domínio do objeto escondido pela via da restauração da suposição do saber” (Rubião, 2018, para. 9).

Ratifica-se, então, que o trabalho não deve ser norteado visando a um retorno à época de outrora. Assim, não se trata de abandonar o conceito de transferência, mas de pensá-lo articulado à inconsistência do Outro, pois o objeto *a* aponta para essa inconsistência. Lacan (1967-1968/2003) ressalta que o Outro não garante a consistência do discurso, pois seu campo não é consistente. O Outro é inconsistente por estar em todo lugar e em lugar nenhum.

Segundo Lima (2017), a inconsistência do Outro está relacionada à consistência lógica do objeto *a* e à noção do que está aquém da linguagem, sendo impossível de traduzir.

Nesse caminho, é fundamental citarmos o que Lacan (1969-1970/1992) elaborou em sua teoria sobre os quatro discursos estruturais, que mesmo subsistindo sem palavras, apresentam relações fundamentais e sustentam um modo de funcionamento. Os quatro discursos são: do mestre, da histérica, do universitário e do analista. Ao abordar o discurso do analista, Lacan (1969-1970/1992) destaca o lugar do analista como o lugar do objeto *a*, posto como agente do discurso, reinando ali onde um vazio é sustentado pelo desejo do analista. Em suas palavras: “A posição do psicanalista é feita substancialmente do objeto *a* . . . na medida em que esse objeto *a* designa precisamente o que, dos efeitos do discurso, se apresenta como o mais opaco, há muitíssimo desconhecido, e, no entanto, essencial” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 44).

No discurso do analista há uma renúncia da tentativa de domínio ou de legislação, deixando o espaço para o sujeito, o analisando, buscar e construir as suas próprias respostas. “É na medida em que o que dá suporte à transferência . . . é alcançado pelo de-ser que atinge o sujeito suposto saber e que no final é ele, o analista, que dá corpo ao que esse sujeito se torna, sob a forma de objeto pequeno *a*” (Lacan, 1967-1968/2003, p. 100). O analista fazendo semblante de objeto provoca no Outro a divisão subjetiva, dando lugar ao discurso inconsciente que envolve o gozo, conferindo-lhe um tratamento. “Assim, quando esse objeto, esvaziado de sua consistência, dá consistência a uma trama que, formada por elementos frágeis, tem condições de se sustentar, temos um modo de abordar o gozo na clínica” (Souto, 2008, p.86). Nessa perspectiva, o gozo é tomado não somente como aquilo que desorienta, mas que orienta e sustenta o sujeito no mundo. Assim, questionamos se a emergência do gozo poderia levar à verdade do sujeito. Para Safatle:

Na verdade, a psicanálise tenta extrair desse gozo uma política, tenta mostrar como o caráter desamparador desse gozo traz em si uma verdade política, a saber, a verdade de que as condições de reprodução material da vida às quais o sujeito se submeteu só podem se exercer porque, desse gozo, ele não pode nada saber, com ele não é possível nada fazer, era necessário arruiná-lo e esquecê-lo (2017, p. 223).

O gozo como algo que integra os pontos de trabalho na análise pode direcionar o caminho em direção à verdade do sujeito. Se na clínica contemporânea há uma preponderância do gozo, não podemos abrir mão, contudo, da ética da psicanálise. Para Rosa (2015), “a ética é ato que dá um destino ao excesso. Se o ato for ético só se saberá a posteriori - é risco, pois convoca desejo e gozo e faz marca no Outro” (p.52).

Em seguida, apresentaremos mais alguns pontos que se constituem como desafios para o estabelecimento da transferência no contexto institucional, assim como apontaremos as possibilidades e efeitos da transferência nesse âmbito, relacionando com o que aprendemos com os casos clínicos que compõem este trabalho.

4. 2 Desafios e possibilidades da transferência no contexto institucional

Freud defendeu a possibilidade da transferência ocorrer dentro das instituições, mesmo naquelas que não são orientadas pela psicanálise. O autor salientou que isso não deve ser atribuído à psicanálise, mas à própria neurose. “Assim como na psicanálise, a manifestação de uma transferência negativa é, na realidade, acontecimento muito comum nas instituições” (Freud, 1912/1974, p. 64).

Na mesma perspectiva, Safatle (2017) salientou que a transferência não é um fenômeno existente apenas em situações analíticas, pois ela existe em todo lugar onde há uma relação de poder e de identificação. “Não há relação à autoridade que não produza modalidades de laço transferencial” (Safatle, 2017, p. 212 e 213). Mas Rosa (2015) ressaltou que essa relação de autoridade pode ser estabelecida de forma a não ser violenta, desde que se atenda às seguintes condições: que se respeite o pacto social na construção da lei, que o lugar do excesso não seja ocupado, e que o gozo seja distribuído.

O mero exercício da lei sem consideração ao pacto social refere-se ao que Freud demonstra sobre a violência instituída e sem responsabilização em nome de valores coletivos, ou supostamente coletivos, pois, muitas vezes são impostos sem a manutenção do pacto social que lhe daria legitimidade (Rosa, 2015, p. 132).

A relação de poder está colocada no contexto do cumprimento de uma medida socioeducativa. Em sua aplicação pelo juiz, deve-se levar em conta a capacidade do adolescente de cumpri-la, as circunstâncias em que o ato ocorreu e a sua gravidade, conforme consta no parágrafo 1º do artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069. O poder judiciário considera ainda os indícios de autoria e a materialidade do fato. Todavia, mesmo com todas essas considerações, tal aplicação consiste em um exercício de força, pois, “há uma zona de indistinção irreduzível entre a violência e o poder legítimo” (Teixeira, 2008, p. 3). No exercício legítimo de poder, a violência está colocada. Assim, diferentemente de Rosa (2015) que indicou que a violência estará presente quando o pacto social não for respeitado, Teixeira (2008) salientou que sempre haverá, em alguma medida, a presença da violência quando se tratar do exercício do poder.

Na aplicação e na execução de uma medida socioeducativa também há essa dimensão da violência. Malvasi e Adorno (2014) destacam a presença de um conflito simbólico nesse contexto, pois, os adolescentes muitas vezes optam por um discurso que esteja em conformidade com o esperado no sistema socioeducativo, distanciando-se do que eles vivenciam no cotidiano dos bairros e das periferias. Segundo os autores, isso se deve ao “poder da caneta” que está do lado do profissional da medida que enviará relatórios para o juiz. Nesse campo de trabalho existe a possibilidade de uma prática de psicanálise aplicada, considerando que é possível a escuta analítica nesses espaços.

. . . quando essa demanda não é diretamente formulada ao analista, quando o analista se manifesta, antes de tudo, pelo ato que o determina, e não pela função que ocupa. Nessa situação institucional em que o analista só excepcionalmente é chamado a atuar como tal, sua ação resulta da psicanálise aplicada através de seu modo de intervenção e pelos efeitos produzidos Pôr em jogo a transferência e o que nela se interpreta não exige nenhum standard, tampouco um setting (Matet e Miller, 2007, p. 3).

Em concordância com Freud (1905 e 1912), Miranda Júnior (2009) alegou que no contexto institucional é possível o exercício da psicanálise aplicada. Ele destacou que pode ocorrer uma experiência analítica numa instituição, sustentada pela transferência, a partir da oferta da escuta sustentada por um psicanalista.

Considerando que temos alguém a falar para um outro alertado pela escuta psicanalítica e em condições de manejar este endereçamento por não responder à demanda e com isto incitar a fala, podemos, a princípio, afirmar a possibilidade da transferência em muitos atendimentos realizados em instituição (Miranda Jr., 2009, p. 74).

Estas considerações estão de acordo com a nossa posição, pois consideramos que é possível o estabelecimento da transferência no contexto institucional a partir da escuta e da condução de um psicanalista. Otoni (2015) enfatizou a importância da transferência no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, advertindo para a especificidade desse campo de trabalho. “Embora a finalidade da medida socioeducativa não seja o tratamento analítico do adolescente, mas a sua responsabilização pelo ato infracional praticado, a transferência é imprescindível para que o trabalho aconteça” (Otoni, 2015, p.81).

Cabe ressaltar que o objetivo da medida não é o tratamento analítico do adolescente, e não podemos desconsiderar todos os dificultadores para o estabelecimento da transferência que já foram apresentados nesse trabalho. No entanto, também salientamos, a partir dos casos clínicos, como a transferência é possível nesse contexto e como ela faz diferença no trabalho com os adolescentes. Consideramos ainda que a responsabilização pelo ato infracional pode

ser um dos efeitos da transferência, a partir do princípio de que “falar de responsabilidade é também falar de sua causa, é assumir sua própria causalidade. É nesse sentido que podemos falar de uma responsabilidade pelo próprio desejo” (Rosa, 2015, p. 134).

. . . no campo jurídico, ao se reconhecer o gozo, tenta-se dizer sobre sua verdade e regrá-lo — sentido de cuja legitimidade não discordamos. No entanto, ao tomarmos a posição da psicanálise, atentamos para a dimensão do ato onde sua verdade é não-toda, no ponto onde é o sujeito que surge como resposta ao que falta e recorta o simbólico (Rosa, 2015, p.135).

Nessa perspectiva, vemos que o ato diz do sujeito, e se acolhido, escutado, pode rearticular o sujeito ao laço social, bem como contribuir para “ampliar também a disponibilidade do sistema de justiça de correr riscos e aumentar sua margem de responsabilização quanto ao tipo de pacto social que propõe para os adolescentes” (Rosa, 2015, p. 136 e 137). Sendo assim, não é possível abordar a responsabilização sem considerarmos a singularidade. Essa é uma importante contribuição da psicanálise para o campo das medidas socioeducativas.

Neste sentido, torna-se importante discernir entre responsabilidade e responsabilização. Rosa (2015) apresentou essa conceituação de uma forma clara:

Entendemos responsabilidade como o compromisso do sujeito e do campo social com as leis construídas para gerir o campo social, assim como com as respostas à lei. Já a responsabilização refere-se ao exercício ético/político de posicionar-se no laço social sustentando um pacto que garante não só a contenção de excessos, mas também um lugar para a alteridade e diferença (p. 139).

A responsabilidade está implicada na própria construção da norma quando ela considera o sujeito. A autora salientou que é fundamental que se reconheça e se considere a alteridade do lado do sujeito para o campo social e vice-versa.

Miranda Jr. (2009) destacou que o desejo de reconhecimento do sujeito por um Outro, desde a sua constituição, se associa à transferência na vertente da suposição de saber. Nesse caso, quando uma pessoa procura uma instituição, há o endereçamento de uma demanda ao Outro que busca ser atendida. A diferença no tratamento desta demanda é que ela pode produzir efeitos de experiência analítica. Sendo assim, diante desse endereçamento para o saber institucional, um analista se posiciona subvertendo essa lógica ao ocupar o lugar de não saber, convidando e apostando no saber do próprio sujeito a respeito da questão que ele apresenta. “Ao receber esta fala, o analista deve ter ouvidos para não ouvir, sua arte consiste em suspender as certezas do sujeito, procurando não obliterar a via da experiência subjetiva na qual o desejo quer se fazer reconhecer” (Miranda Jr., 2009, p.68).

Todavia, no campo das medidas socioeducativas o acesso não se faz a partir de uma demanda espontânea. Não podemos dizer que há uma demanda de análise *a priori*. No entanto, o sujeito pode fazê-la no encontro com o profissional que o atende na medida socioeducativa. Nessa ocasião, é de fundamental importância a forma como o profissional irá se posicionar, não ocupando o lugar do saber institucional, mas sim o lugar do não saber, convidando que apareça o saber do próprio sujeito.

Em meio a legislações e procedimentos burocráticos de trabalho, o profissional da medida, orientado pela psicanálise, buscará acolher o que há de singular em cada sujeito: “. . . com o *savoir-faire*¹⁹ analítico e com tato, é preciso furar a instituição, ou seja, colocá-la do lado do não-saber” (Stevens, 2007, p.78). Nessa vertente, a função da psicanálise aplicada consiste em uma oposição à concepção totalitária da instituição na aposta de que, a partir da escuta, o sujeito possa advir.

Tanto na instituição como no consultório, devemos considerar o sintoma que não fala, que é mudo, e acreditar que ele pode ser interrogado. “Interrogado não a partir de um sentido prévio, de um determinismo qualquer, mas em sua relação com a busca de uma satisfação impossível” (Barros, 2005, p. 5). O analista, sustentando o próprio desejo, mantém a aposta no sujeito, mesmo diante dos desafios que a clínica contemporânea apresenta.

Miller D. (1989) cita três versões para a transferência: a **1ª versão** seria a fase de alienação significativa e intensa ativação imaginária, sendo que encontraríamos um sujeito às voltas com "miragens imaginárias" que fundamentam suas certezas; na **2ª versão**, o saber antes suposto no discurso do mestre ou no da universidade se desloca para o discurso analítico e o sujeito começa a perguntar acerca do seu desejo e a queixa se transforma em enigma para o sujeito; já na **3ª versão**, há um saber construído pelo próprio sujeito para desenhar os contornos de sua relação com o objeto de desejo.

A partir da conceituação de Miller D. (1989), Miranda Jr. (2009) salientou que no contexto institucional teríamos a primeira versão, o que, segundo ele, já acarretaria efeitos importantes para o tratamento. Apostamos que, em alguns casos, é possível para o adolescente construir algum saber que apazigue essa vertente mortífera do gozo, um mínimo de consistência de sentido que o ampare e o oriente na vida. Mas nem sempre se observa o questionamento do sujeito sobre o próprio desejo, ou a abertura para o saber inconsciente que supõe o não-sabido, a incógnita, que o leve em direção à verdade em jogo.

¹⁹ Saber fazer.

No caso Márcio, a princípio não havia uma suposição de saber atribuída ao Outro. A intervenção realizada é da ordem do não-saber, deixando claro que o saber estaria do lado do sujeito, ou seja, de Márcio. A psicóloga pergunta a ele se haveria algo que ela pudesse dizer que o faria desistir do ato. Ela não ocupa o lugar de mestria, mas parte do não-saber, oferecendo-lhe o lugar daquele que escolhe o seu destino. Ele diz que não, mas logo depois aceita escutá-la, demonstrando o estabelecimento do laço transferencial. O que parece ter contribuído para esse laço não foi o que a psicóloga disse em seguida, mas o seu compromisso com o lugar de escuta, a presença do desejo da analista.

Márcio, que num primeiro momento apresentou-se arredio, irônico e calado, passou a falar sobre a sua vida, história e intimidade. As intervenções da psicóloga tinham efeitos sobre ele, como o adiamento dos atos arriscados para a sua vida. Como salienta Lacadée:

A psicanálise é uma chance para os adolescentes. Dizemos que eles não falam, isso não é verdade. Basta saber aproximar-se deles um pouco, ganhar sua confiança para perceber que eles têm muitas coisas a dizer com a condição que saibamos ouvir aquilo que os perturba (2007, p. 5).

Natal, no primeiro momento, afirmou resolver suas questões sozinho e reagiu com certa rispidez à proposta de mudança de domicílio da psicóloga. Quando ele começou a trabalhar no turno da noite, passou a falar do seu cansaço, o que acarretava faltas em alguns atendimentos na medida. Essa justificativa não foi considerada um descumprimento de medida, o que parece ter contribuído para Natal pedir a ajuda da psicóloga para conseguir outro trabalho e dar prosseguimento aos seus projetos de vida. Passou a falar nos atendimentos sobre a ameaça que sofria, sobre a sua preocupação em relação a ela e as medidas de segurança que procurava ter, contando com o auxílio de sua família. Mas, neste caso, como salienta Miller D. (1989), encontramos um sujeito às voltas com "miragens imaginárias" que fundamentavam suas certezas, e não foi possível que o sujeito construísse um saber que pudesse tecer um anteparo diante do real da morte, e que lhe apontasse para o desejo de viver.

Vitório esteve em cumprimento das mesmas medidas socioeducativas de meio aberto duas vezes, já que ele não finalizou da primeira vez. Ele foi, portanto, acompanhado por duas profissionais diferentes. Escutá-lo, buscando conhecer os riscos que ele dizia estar correndo, ao invés de priorizar as normas burocráticas, parece ter sido o ponto pivô para o estabelecimento da relação transferencial. Vitório estabeleceu com a psicóloga um laço transferencial que foi além do tempo do cumprimento da medida. Segundo ele, o tratamento na medida o acalmava e o fazia pensar sobre a possibilidade ou não de uma reincidência na

prática de atos ilícitos. Mesmo que, em alguns momentos, ele tenha agido arriscadamente, quando voltou a andar armado, por exemplo, prevaleceu a sua tentativa de manter os atendimentos clínicos, e de construir um projeto enlaçado à vida.

Enfim, podemos concluir que é possível o estabelecimento da transferência no campo das medidas socioeducativas. Essa possibilidade se apresenta desde que um psicólogo se disponha a escutar os adolescentes e a intervir a partir do lugar estrutural de não saber, apostando que o sujeito pode produzir o próprio saber. Estar atento à urgência anunciada, mas, priorizar a escuta do adolescente em sua singularidade, abre a via da transferência, e com ela, a do desejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou os desafios e os efeitos da transferência no trabalho com adolescentes ameaçados de morte em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Acompanhamos questionamentos em diferentes espaços de transmissão da psicanálise sobre a possibilidade desses adolescentes estabelecerem um laço transferencial no cumprimento da medida, todavia, defendemos a ideia de que essas medidas podem operar como um apoio aos adolescentes que cometeram ato infracional e que se encontram sob ameaça. Apostamos na escuta clínica e na transferência que ela proporciona como condição para o enlaçamento dos adolescentes à vida, mesmo no contexto institucional. Apesar dos desafios no estabelecimento da transferência nestes casos, os fragmentos clínicos apresentados neste trabalho nos mostraram sua viabilidade.

Para realizarmos esta investigação, apresentamos o campo das medidas socioeducativas a partir das normativas legais e refletimos sobre os desafios da articulação do Sistema Socioeducativo com o Sistema Único de Assistência Social, considerando que o serviço de medidas socioeducativas compõe a oferta de serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Salientamos a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trouxe uma mudança, não apenas na denominação jurídica de “menores” para “crianças e adolescentes”, mas especialmente de paradigma, a partir do reconhecimento de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, e não objetos carentes da intervenção estatal. Por fim, concluímos que a lei prevê a possibilidade da articulação entre as medidas socioeducativas e as protetivas, considerando que proteção e responsabilização se complementam na perspectiva da proteção integral aos adolescentes.

Discorremos, também, sobre o papel do(a) psicólogo(a) nos CREAS. Seu trabalho, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2013), consiste na tentativa de buscar compreender a complexidade das relações existentes entre o campo social - nestes casos, contextos de grande vulnerabilidade - e as subjetividades. Dessa maneira, destacou-se que, embora o atendimento no CREAS seja sustentado pela vertente psicossocial, o trabalho em conjunto com profissionais de diversas áreas de formação não apaga as diferenças na formação teórica e nas formas de atuação de cada profissional.

Em nossa revisão bibliográfica, encontramos quatro dissertações que se aproximaram do tema da presente pesquisa. Três delas foram realizadas no campo das medidas socioeducativas e apresentaram casos de adolescentes ameaçados de morte. Uma delas, em especial, chamou a nossa atenção. Seu autor questionava por que os jovens se colocam em

risco de morte, o que, em certa medida, se conforma com a hipótese da nossa pesquisa, que é a de que, ao dar lugar à palavra do sujeito, o psicanalista favorece o estabelecimento da transferência, que pode levar à sua implicação subjetiva. Nessa perspectiva, pois, não consideramos os adolescentes ameaçados de morte apenas como vítimas de um contexto de violência, mas implicados na situação de risco a qual se encontram. A escuta clínica, por conseguinte, pode levar o sujeito a sair da posição daquele que é perseguido para alguém que escolhe colocar a própria vida em risco. Portanto, não se pode desconsiderar a possibilidade de escolha por parte do adolescente, mesmo inconsciente, de colocar a própria vida em risco.

Destacamos, ainda, a importância do processo de transferência no atendimento aos adolescentes ameaçados de morte, por abrir a via da palavra, contribuindo tanto para a construção de um sentido que apazigue o gozo mortífero ao qual estes adolescentes estão submetidos, quanto para a possibilidade de despertar nesses jovens o desejo de viver. Na sequência, apresentamos fragmentos de três casos que foram construídos a partir das notas pessoais da pesquisadora entre 2015 e 2017. Chamou-nos a atenção, neste período, o aumento do número de casos de adolescentes ameaçados de morte que chegaram para o cumprimento da medida.

Nos casos relatados, buscou-se evidenciar como a oferta da escuta proporcionou o estabelecimento da transferência. Dessa maneira, escolhemos uma fala de cada adolescente que, em nossa compreensão, demarcaria este estabelecimento. Para intitular cada caso, extraímos frases-chave ao longo de cada narrativa: “Fala que eu quero te ouvir!”; “Essa porta que se abriu pra mim”; “Ainda bem que você me escuta!”.

A partir destes casos, o estudo psicanalítico empreendido consistiu em discorrer sobre adolescência e ato, buscando compreender os motivos de uma certa preponderância de condutas de risco no período da adolescência. Assim, fora realizado, também, um estudo teórico sobre a questão da transferência.

Vimos que na adolescência há o surgimento de um real pulsional, o real da puberdade, com a ocorrência de várias mudanças corporais e hormonais que não vêm acompanhadas de um saber sobre o que se pode fazer em face do outro sexo. A partir da teoria lacaniana, pudemos definir esse momento como “ascensão do objeto *a*”, esse real inassimilável pela função simbólica. É nesse momento que ocorre o declínio da autoridade dos pais, que faz desvelar a inconsistência do Outro parental. Com efeito, o simbólico se mostra insuficiente para lidar com a irrupção do real, o que nos leva a aproximar a adolescência da contemporaneidade. Conclui-se, assim, que esses fatores contribuem para a emergência do ato na adolescência.

Ao abordarmos o tema da transferência, inferiu-se que os três adolescentes dos casos clínicos apresentados estabeleceram um laço transferencial com a psicóloga da medida e, mesmo no espaço institucional, apresentaram suas questões relativas à adolescência e aos seus embaraços diante da vida. Necessário faz-se ressaltar neste ponto que, no transcorrer dos atendimentos, abriu-se um espaço para que os adolescentes pudessem refletir sobre os riscos de morte e implicarem-se neles. Ainda sim, nem sempre essa implicação fora concretizada.

Na escrita dos casos, também buscamos apontar como cada sujeito respondeu à ameaça de morte. No caso de Márcio, percebemos que poder falar sobre a morte, mesmo no contexto da medida socioeducativa, trouxe consequências para ele. Com o estabelecimento da transferência, o adolescente passou a buscar esse espaço da palavra, endereçando suas questões à psicóloga cujas intervenções mostraram-se efetivas, isto é, impedindo-o de passar ao ato.

Por seu turno, Natal buscara tomar algumas medidas para zelar pela própria segurança, as quais eram, de forma clara, insuficientes para protegê-lo. Mesmo diante do risco e da restrição na circulação, ele demonstrou resistência em mudar de residência e sair do território em que fora criado desde pequeno, conforme lhe fora sugerido. Como verificado no relato, esta não foi uma questão simples para o adolescente. Apesar de falar em seus atendimentos sobre as ameaças que sofria, ele pouco construía elaborações a respeito. Natal foi morto bem perto de sua casa. Algo da dimensão mortífera do gozo pareceu se impor nesse caso.

Em relação ao caso de Vitória, tendo logo iniciado o cumprimento de sua medida, relatou a ameaça de morte sofrida, o que o levou a mudar de domicílio. Todavia, como visto, mesmo essa atitude não o manteve distante por muito tempo da situação de risco. Vitória alegou que não pôde falar com a primeira psicóloga que o acompanhou na medida, pois ela se concentrava em fazer anotações e preencher formulários, parecendo negligenciar sua escuta. Neste ponto, especificamente, pôde-se constatar a importância da oferta da escuta clínica, condição para o estabelecimento de um laço transferencial, e, igualmente, do tratamento pela palavra. Ademais, ao se apresentar armado diante da psicóloga, sob a justificativa de estar se protegendo, uma intervenção foi feita, a fim de exortá-lo contra essa forma arriscada de se proteger. Ele acrescentou que fora armado a fim de que a psicóloga compreendesse a seriedade de sua situação, demonstrando, claramente, naquela conduta, um endereçamento à psicóloga, que foi por ela acolhido. Por fim, com os atendimentos, Vitória concluiu que a posse de uma arma não era garantia de proteção, para

tanto, citando o caso de um amigo que morreu quando estava com uma arma potente na cintura.

Em todos os casos relatados foi possível perceber que o tratamento pela palavra confere certo sentido ao gozo mortífero, abrindo a via para o desejo de viver. Cabe, nesse sentido, atentar-se para o fato de que o objetivo da medida não é o tratamento analítico do adolescente e que não se pode prescindir de todos os dificultadores para o estabelecimento da transferência que já foram apresentados neste trabalho. No entanto, salienta-se que ainda sim a transferência é possível neste contexto e que, de fato, faz diferença no trabalho com os adolescentes, podendo a responsabilização pelo ato infracional ser um de seus efeitos, inclusive.

Por conseguinte, concluímos que é possível o estabelecimento da transferência no campo das medidas socioeducativas. Essa possibilidade se apresenta desde que um psicólogo se disponha a escutar os adolescentes e a intervir a partir do lugar estrutural de não-saber, apostando que o sujeito pode produzir o saber por si próprio. Em outros termos, torna-se imperativo, do ponto de vista profissional, estar atento à urgência anunciada, priorizando a escuta do adolescente em sua singularidade, a fim de que, dessa maneira, seja possível a abertura da via da transferência e, com ela, a do desejo.

REFERÊNCIAS²⁰

- Armazém de Registro de Eventos de Defesa Social (REDS)*. Polícia Militar de Minas Gerais. Acesso em 20 de julho de 2015.
- Barros, M. R. C. R. (2005). A transferência e o gozo mudo do sintoma. *Latusa digital*, ano 2, nº 13. Recuperado de http://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_13_a1.pdf.
- Brisset, F. O. (2013). Apresentação. In F. O. Brisset, A. L. Santiago, J. Miller (Orgs.), *Crianças falam! E tem o que dizer: Experiências do CIEN no Brasil* (pp. 11-19). Belo Horizonte, MG: Scriptum.
- Capanema, C. A., & Vorcaro, A. (2012). Modalidades do ato na particularidade da adolescência. *Ágora*, XV(1), 151-163. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/agora/v15n1/v15n1a10.pdf>.
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., . . . Merian, F. (2018). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf.
- Colares, M. C. P. (2014). *O processo de identificação e laço social em adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa de semiliberdade* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9UVNVW/disserta__o_revisada_e_formatada3.pdf?sequence=1.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2012). *Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília, DF.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2013). *Referências Técnicas para Prática de Psicólogas (os) nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1998, 5 de outubro). Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Costa, C.R.B.S.F., & Assis, S.G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000300011&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Decreto 6.231*. (2007, 11 de outubro). Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6231.htm.

²⁰ De acordo com o estilo APA (American Psychological Association).

- Decreto 9.579*. (2018, 22 de novembro). Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126.
- Drawin, C. R. (1998). As seduções de Odisseu: paradigmas da subjetividade no pensamento moderno. In *Cultura da ilusão* (pp. 9-36). Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria.
- Eixo III: A pulsão fora da transferência e a causa triunfante*. Escola Brasileira de Psicanálise. (2018). Recuperado de <http://jornadaebpmg.blogspot.com/p/simultaneas.html>.
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In S. Alberti, L. Elia (orgs.), *Clínica e pesquisa em psicanálise* (pp. 19-35). Rio de Janeiro, RJ: Rios Ambiciosos.
- Figueiredo, A. C., Nobre, L. & Vieira, M. A. (2001). Pesquisa clínica em Psicanálise: a elaboração de um método. In A. C. Figueiredo (Org.), *Psicanálise: pesquisa e clínica* (pp. 11-23). Rio de Janeiro, RJ: Edições IPUB/CUCA. Recuperado de http://www.litura.com.br/artigo_repositorio/psicanalise_e_ciencia__uma_questao_de_m_1.pdf.
- Freitas, M. C. S. (2017). *Mate me por favor? Adolescência: vivendo o risco de morrer* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-AS8GY8/disserta__o_maira.pdf?sequence=1.
- Freud, S. (1969). Equívocos na Ação. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. VI, J. Salomão, trad., pp. 167-192). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1901).
- Freud, S. (1969). Contribuições para uma discussão acerca do Suicídio. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. XI, D. Marcondes, J. B. Corrêa, trads., pp. 243-244). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (1974). Estudos sobre a Histeria. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. II, J. Rickman, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1974). A Interpretação dos Sonhos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. IV, J. Strachey, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1974). Um Caso de Histeria, Três Ensaio Sobre a Sexualidade e outros trabalhos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. VII, J. Strachey, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1974). A Dinâmica da Transferência. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. XII, J. O. A. Abreu, trad., pp. 131-143). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (1974). Observações Sobre o Amor Transferencial (Novas Recomendações Sobre a Técnica da Psicanálise III). In S. Freud, *Obras completas* (Vol. XII, J. O. A. Abreu, trad., pp. 207-221). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).

- Freud, S. (1974). Conferências introdutórias sobre Psicanálise (Parte III). In S. Freud, *Obras completas* (Vol. XVI, J. Strachey, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915-1916).
- Freud, S. (1976). A questão de uma *welthanschung*. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. XXII, J. Salomão, trad., pp.193-220). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1932-1933).
- Garcia, C. (2003). Rede de Redes. In F. O. Barros, (coord.), *Tô Fora: O adolescente fora da lei* (pp. 1-11). Belo Horizonte, MG: Del Rey.
- Gomes, P. S. (2018). *Adolescência e internet: o risco como aposta* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, MG.
- Guéguen, P-G. (2007). Quatro pontuações sobre a psicanálise aplicada. In Associação do Campo Freudiano, *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana* (V. A. Ribeiro, trad., pp. 17-21). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Guerra, A. M. C., Soares, C. A. N., Pinheiro, M. C. M., & Lima, N. L. (2012). Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. *Psicologia em Revista*, 18(2), 247-263. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682012000200006&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Guerra, A. M. C., Broide, E. E., Moreira, I. G., & Aranha, M. C. (2015). Sujeito suposto suspeito. In A. M. C. Guerra, P. D. M. Penna, S. N. Soares (orgs.), *Direito e Psicanálise II: o adolescente em foco* (pp. 31-50). Curitiba, PR: CRV.
- Kehl, M. R. (2008). *A Fratria Órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo, SP: Olho d'água.
- Jakob, A. C., Xavier, S. P., & Araújo, Z. G. (coord.). (2017). Guia de Procedimentos PPCAAM. In Jakob, A. C., Xavier, S. P. & Araújo, Z. G. (coord.), *Um novo olhar PPCAAM: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte* (2a ed., pp. 79-100). Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Recuperado de http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ppcaam/um_novo_olhar_ppcaam_2017.pdf.
- Jimenez, L., & Frassetto, F. A. (2015). Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 404-414. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p404>.
- Lacadée, P. (2007). A passagem ao ato nos adolescentes. *aSephallus*, 2(4). Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_02.htm.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência* (C. R. Guardado, V. A. Ribeiro, trads.). Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria.

- Lacadée, P. (2012). A clínica da língua e do ato nos adolescentes. *Responsabilidades*, 1(2), 253-268. Recuperado de http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao02/7.pdf.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 8: A Transferência* (D. D. Estrada, trad., R. R. Barros, rev.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-1961).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise* (A. Roitman, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1998). Intervenção sobre a transferência. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 214-228). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1951).
- Lacan, J. (1998). Posição do inconsciente. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 843-864). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad. pp. 869-892). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2003). Seminário de 17 de janeiro de 1968. In J. Lacan, *Livro 15: O ato analítico* (V. Ribeiro, trad., pp. 93-108). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967-1968).
- Lacan, J. (2003). Radiofonia. In J. Lacan, *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 403-447). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1970).
- Lacan, J. (2003a). O engano do sujeito suposto saber. In J. Lacan, *Outros Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 329-340). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2003b). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In J. Lacan, *Outros Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 248-264). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2003c). Alocução sobre as psicoses da criança. In J. Lacan, *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad., pp.359-368). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2003d). O despertar da primavera. In J. Lacan, *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad., pp.557-559). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2005). Passagem ao ato e acting out. In J. Lacan, *Livro 10: A angústia* (V. Ribeiro, trad., pp. 128-145). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963).
- Lago, T. (2015). *As doutrinas da situação irregular e da proteção integral, associadas ao filme "A voz do coração "*. Recuperado de <https://jus.com.br/artigos/45170/as-doutrinas-da-situacao-irregular-e-da-protecao-integral-associadas-ao-filme-a-voz-do-coracao-de-christophe-barratier>.
- Laurent, E. (2007). *Nuestra tarea es revelar la mentira de la civilización*. Recuperado de http://www.eol.org.ar/prensa/america/2007/07_12_07_laurent_civilizacion.pdf.

- Le Breton, D. (2009). *Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de vier* (L. L. Oliveira, trad.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Le Breton, D. (2017). *Uma breve história da adolescência* (A. M. C. Guerra, B. S. Albuquerque, C. F. C. Grillo, M. C. Pinheiro, M.C. Aranha, N. L. Lima, trads.). Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas.
- Lei nº 6.697 (1979, 10 de outubro). Institui o Código de Menores. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm.
- Lei nº 8.069. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Lei 15.473. (2005, 28 de janeiro). Autoriza a criação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no estado e dá outras providências. Recuperado de <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15473&ano=2005>.
- Lei nº 12.435. (2011, 6 de julho). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm.
- Lima, N. L. (2017). O avesso da psicanálise: novo estatuto do Pai? *Tempo Psicanalítico*, 49(1), 139-157. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382017000100008.
- Malvasi, P. A. (2012). *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo* (Tese de doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09032012-132410/publico/PauloMalvasi.pdf>.
- Malvasi, P. A., & Adorno, R. C. F. (2014). *A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa*. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00030.pdf>.
- Mandil, R. (2018). A pulsão fora da transferência e a causa triunfante. *Enxame # 4*, Seminário preparatório para a XXII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas. Recuperado de <http://jornadaebpmg.blogspot.com/2018/07/enxame-4-2-pingos-nos-is.html>.
- Matet, J-D., & Miller, J. (2007). Apresentação. In Associação do Campo Freudiano, *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos pela Associação do Campo Freudiano* (V. A. Ribeiro, trad., pp. 1-5). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. Recuperado de <http://lacanempdf.blogspot.com/2016/11/pertinencias-da-psicanalise-aplicada.html>.
- Melo Neto, J. C. (1997). Morte e vida severina. In J. C. Melo Neto, *Serial e antes* (pp-143-180). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Miller, D. (1989). As três transferências. In M.B. Motta (org.), *Clínica Lacaniana: casos clínicos do campo freudiano* (pp. 44-50). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

- Miller, J-A. (1998a). A transferência de Freud a Lacan. In J-A. Miller, *Percurso de Lacan: uma introdução* (A. Roitman, trad., pp. 75-98). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Miller, J-A. (1998b). A transferência: O sujeito suposto saber. In J-A. Miller, *Percurso de Lacan: uma introdução* (A. Roitman, trad., pp. 99-125). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Miller, J-A. (2015). *Em direção à adolescência*. Recuperado de <http://minascomlacan.com.br/publicacoes/em-direcao-a-adolescencia>.
- Milner, J-C. (1996). *A Obra Clara: Lacan, a ciência, a filosofia* (P. Abreu, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Miranda Jr., H. C. (2009). Pesquisa e Psicanálise: contribuições sobre a questão da transferência na instituição. In *Transformações em Psicologia*, 2 (2), 65-80.
- Otoni, M. M. S. S. (2015). *O adolescente em conflito com a lei e o outro social: um estudo psicanalítico sobre a indiferença* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-ABDGRS/disserta__o_finalizada2306.pdf?sequence=1.
- Pedrosa, L. (2015). *ECA 25 anos: confira linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes*. Recuperado de <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/eca-25-anos-linha-do-tempo-direitos-criancas-e-adolescentes>.
- Pinto, J. M. (2001). Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, IV(1), 77-84.
- Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://psicanalisespolitica.files.wordpress.com/2014/06/psicanc3a1lise-cultura-e-polc3adtica-livre-docencia-maio-2015impresso.pdf>.
- Rubião, L. (2018). A transferência e o declínio do sujeito suposto saber. *Enxame # 1*, Seminário preparatório para a XXII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas. Recuperado de <http://jornadaebpmg.blogspot.com/2018/03/enxame-1-4-pingos-nos-is.html>.
- Safatle, V. (2017). Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição subjetiva como protocolo de emancipação política. *Estudos Avançados*, 31(91). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n91/0103-4014-ea-31-91-0211.pdf>.
- Salatiel, E. L., França, C. A., Resende, J. M., & Guimarães, R. L. (2017). Desafios da Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 15(2), 1123-1135.
- Saraiva, J. B. C. (2009). *Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral* (3a ed.). Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado Editora.
- Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SETDS). (2018). *Caderno de Orientações: nas trilhas da regionalização da proteção social especial em Minas Gerais*. Subsecretaria de Assistência Social. MG.

- Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). (2016). *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília, DF.
- Silva, E. F. (2016). *O adolescente infrator e o usufruto do sistema socioeducativo* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, MG.
- Silva, M. V. N. (2014). *A construção da pulsão de morte freudiana: um estudo histórico da formação do conceito a partir de suas fontes*. Montes Claros, MG: Unimontes.
- Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006). Brasília, DF: CONANDA.
- Souto, S. (2008). O Objeto a na experiência analítica com os nós. *Curinga: Os objetos a na experiência psicanalítica*, n. 26, 79-94. Belo Horizonte, MG: EBP.
- Souto, S. (2018). O inconsciente e o mestre contemporâneo: o que pode a transferência? *Enxame # 1*, Seminário preparatório para a XXII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas. Recuperado de <http://jornadaebpmg.blogspot.com/2018/03/enxame-1-4-pingos-nos-is.html>.
- Stevens, A. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. *Curinga: Clínica do contemporâneo*, n° 20, 27-39. Belo Horizonte, MG: EBP.
- Stevens, A. (2007). A instituição: prática do ato. In Associação do Campo Freudiano, *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana* (V. A. Ribeiro, trad. pp. 76-85). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. Recuperado de <http://lacanempdf.blogspot.com/2016/11/pertinencias-da-psicanalise-aplicada.html>.
- Teixeira, A. (2008). *A violência da lei e o limite da exceção: incidências subjetivas do apagamento contemporâneo de seu limite* (Projeto de Pós-doutorado, Universidade de São Paulo). São Paulo, SP.
- Teixeira, A. (2010). *Metodologia em ato*. Belo Horizonte, MG: Scriptum.
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. (2014). Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF.
- Vorcaro, A. M. R. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In F. K. Neto, J. O. Moreira (orgs.), *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade* (Vol. 1, pp. 11-23). Barbacena, MG: eduemg.